



COVILHÃ

DIAGNÓSTICO SOCIAL

CONSELHO LOCAL DE
AÇÃO SOCIAL DA COVILHÃ

MAIO 2023



rede
social
Covilhã

Diagnóstico Social do Concelho da Covilhã. 2022

Entidade promotora:

Câmara Municipal da Covilhã

Elaborado por:

Câmara Municipal da Covilhã
Conselho Local Ação Social

Composição do Núcleo Executivo do CLAS:

Câmara Municipal da Covilhã
Centro de Saúde da Covilhã
Centro Distrital da Segurança Social – Delegação Covilhã
CooLabora, CRL
Escola Secundária Quinta das Palmeiras
Representante das Juntas de Freguesia do Concelho – Junta de Freguesia de Verdelhos
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã

Contacto:

Câmara Municipal da Covilhã
Centro de Inclusão Social Covilhã
Rua Combatentes da Grande Guerra, nº 60
6200 - Covilhã
Telef: 275 330 600
E-mail: redesocial@cm-covilha.pt

Índice

Enquadramento	7
Metodologias	8
Caracterização do Território	10
Caracterização demográfica	11
Caracterização Socioeconómica	24
Saúde.....	24
ACES Cova da Beira	24
Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira (CHUCB E.P.E.).....	26
Equipa Técnica Especializada de Tratamento da Covilhã e Equipa de Prevenção da Covilhã	26
Centro de Diálise da Beira Interior S.A. – NephroCare Covilhã	28
Outras instituições de saúde privadas.....	29
Educação e Formação	29
Emprego	32
População Carenciada	38
Pessoas que beneficiam de uma Pensão.....	38
Pessoas que beneficiam do Rendimento Social de Inserção	39
Pessoas das Comunidades Ciganas	41
Pessoas Idosas.....	42
Crianças e Jovens em Risco	43
Pessoas Portadoras de Deficiência e/ou Incapacidade	45
Vítimas de Violência Doméstica	46
Equipamentos e Respostas Sociais	49
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Serviço de Apoio Domiciliário Centro de Dia	49
Creches Jardins de Infância – IPSS.....	51
Jardins de Infância – Rede Pública.....	52
Habitação	53
Habitação Social.....	55
Alojamento Urgente e/ou temporário.....	56
Projetos e Iniciativas de Intervenção Social - Concelho da Covilhã	57
Centro de Ativ'Idades	57
Encontro Covilhã Social	58
Banco Local de Voluntariado da Covilhã.....	59

Dia Municipal do Envelhecimento Ativo	59
Estratégia Municipal para a Igualdade de Género	60
GLAS – Gabinete Local de Ação Social	61
To Be Green	61
Candidaturas	63
POAPMC – Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas	63
Projeto “Covilhã - Tecer o Futuro em Igualdade”	65
Projeto Mediadores Municipais e Interculturais - “Tecer a DiverCidade”	66
Parcerias	68
I3SOCIAL – Incubadora Itinerante para a Inovação Social BSE	68
NLI – Núcleo Local de Inserção	68
ODS Local	69
PRI – Programa de Respostas Integradas do Território Eixo Fundão – Covilhã	71
Projeto de Prevenção em contexto escolar Abraça a Escola	72
Programa ESCOLHAS – 8ª Geração – Quero Ser Mais E8G e Trajetos E8G	73
PROJETO “QUERO SER MAIS – E8G”	73
PROJETO “TRAJETOS – E8G”	74
Protocolo INR - Balcão da Inclusão	75
Protocolo de Colaboração Município da Covilhã e a ANMP “Municípios Solidários das Vítimas de Violência Doméstica”	76
Protocolo de Colaboração Município da Covilhã e o CAFAP “Entre Famílias”	76
Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica Violência Zero	77
Protocolo “Ser Solidário”	79
RAP – Resposta de Apoio Psicológico a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica	81
Saúde Mental na Cova da Beira	82
Rede de Envelhecimento Ativo e Saudável	83
Áreas Problemas Identificados	84
Distribuição dos Problemas Identificados por área	85
Matriz Swot	87
Áreas Temáticas	88
Eixo I . Saúde	88
Eixo II . Equipamentos e Respostas Sociais	89
Eixo III . Educação/Formação	90
Eixo IV . Emprego	91
Eixo V . Habitação	92
Eixo VI . Acessibilidades, Inclusão, Ambiente e Sustentabilidade	93
Considerações finais	94

Índice de Tabelas

Tabela 1. Índice de envelhecimento no Município da Covilhã, na NUT Beiras e Serra da Estrela, na região Centro e em Portugal, em 2011 e 2021	17
Tabela 2. Número e taxa de variação da população residente por nacionalidade, em 2011 e 2021	19
Tabela 3. Número e taxa de variação da população residente por naturalidade, em 2011 e 2021	20
Tabela 4. Número de Profissionais existentes no ACES Cova da Beira a 01 de janeiro de 2023, por grupo profissional	25
Tabela 5. Número de Utentes (com e sem médico de família) inscritos em cada Unidade de Saúde Familiar (USF) e Unidade de Cuidados de Saúde Personalizada (UCSP) do ACES Cova da Beira, em 01 janeiro de 2023	25
Tabela 6. Número de Profissionais existentes, por grupo profissional	28
Tabela 7. N.º de serviços de saúde privados, 2018	29
Tabela 8. N.º de alunos concelho da Covilhã (Nível de Escolaridade)	31
Tabela 9. Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%), em 2015 e 2020	34
Tabela 10. Proporção da população empregada por conta de outrem por dimensão dos estabelecimentos, em 2020	35
Tabela 11. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social (pensões), em 2020	39
Tabela 12. População de etnia cigana residente em bairros sociais, por freguesia	41
Tabela 13. Idosos Isolados em acompanhamento GNR e PSP	43
Tabela 14. Nº de processos 2022	44
Tabela 15. Problemáticas mais sinalizadas no ano de 2022	44
Tabela 16. Principais problemáticas acompanhadas no ano de 2022	44
Tabela 17. Distribuição da População com 5 ou mais anos, total, com incapacidade e para os 4 domínios essenciais da funcionalidade	45
Tabela 18. Capacidade por Valência - APPACDM da Covilhã	46
Tabela 19. N.º de casos de Violência doméstica por sexo	46
Tabela 20. N.º de atendimentos por sexo	47
Tabela 21. Faixa etária das vítimas por sexo	47
Tabela 22. Vítimas com filhos a cargo	48
Tabela 23. Co-habitação com a pessoa agressora	48
Tabela 24. Tipologia da violência	48
Tabela 25. Tipologia de encaminhamento	49
Tabela 26. N.º de Utentes por Resposta Social - IPSS, dezembro de 2022	50
Tabela 27. Capacidade Creche e Pré-Escolar - IPSS do Concelho	51
Tabela 28. Frequência Jardins de infância da Rede Pública	52
Tabela 29. Candidaturas a habitação social do Município apresentadas entre 2020 e 2022	56
Tabela 30. N.º de processos de acompanhamento por sexo, 2022	81
Tabela 31. N.º de atendimentos 2022	82
Tabela 32. Questionário identificação dos problemas sociais do concelho	85

Índice de Figuras

Figura 1. Localização e enquadramento administrativo do Município da Covilhã	10
Figura 2. Evolução da população residente no Município da Covilhã e NUT Beiras e Serra da Estrela (nº), entre 1981 e 2021	11
Figura 3. Distribuição da população residente (em 2021) e taxa de variação da população (entre 2011 e 2021), por freguesia	12
Figura 4. Taxa de crescimento efetivo, natural e migratório (%), em 2020	13
Figura 5. Evolução das taxas de crescimento efetivo, natural e migratório no município da Covilhã (%), entre 2011 e 2020	14
Figura 6. Variação da população e dos agregados residentes no Município da Covilhã, na NUT Beiras e Serra da Estrela, na região Centro e em Portugal, entre 2011 e 2021	15
Figura 7. Distribuição e dimensão dos agregados domésticos privados, por freguesia, em 2021	16
Figura 8. Variação dos agregados residentes no Município da Covilhã, entre 2011 e 2021	17
Figura 9. Índice de envelhecimento e população por grupo etário	18
Figura 10. População residente com nacionalidade estrangeira por freguesia, em 2021.....	21
Figura 11. Pedidos de estatuto de residente por origem no Município da Covilhã, entre 2009 e 2020	22
Figura 12. População estrangeira com estatuto legal de residente no Município da Covilhã, entre 2014 e 2020	23
Figura 13. População residente segundo o nível de escolaridade, em 2021.....	30
Figura 14. Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)......	32
Figura 15. Evolução do número de empresas na Covilhã e na NUT Beiras e Serra da Estrela	33
Figura 16. Evolução do volume de negócios das empresas na Covilhã e na NUT Beiras e Serra da Estrela.....	33
Figura 17. População empregada por conta de outrem por sector de atividade (%), em 2020.....	34
Figura 18. Desemprego registado por 100 habitantes com 15 ou mais anos de idade (%)	36
Figura 19. Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, entre 2011 e 2020.....	37
Figura 20. Rendimento bruto declarado por habitante e agregado fiscal (€) em 2020	37
Figura 21. Poder de compra per capita entre 2011 e 2019.....	38
Figura 22. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º)	40
Figura 23. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção em número absoluto e peso percentual face à população residente, por freguesia na Covilhã	40
Figura 24. Distribuição dos agregados em carência habitacional sinalizados na ELH da Covilhã, em 2020	55
Figura 25. Estado das Candidaturas à habitação social municipal na Covilhã em outubro de 2022	56

Enquadramento

A implementação da Rede Social da Covilhã, é por nós entendida como um processo que se pretende dinâmico e participado, por forma a estabelecer as prioridades e delinear uma intervenção multifacetada, contribuindo assim para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Covilhã.

É nesta perspetiva, e enquadrado no Programa da Rede Social, que o documento agora apresentado constitui o Diagnóstico Social do Concelho da Covilhã. A sua estrutura traduz a opção prosseguida no âmbito da condução do trabalho da parceria, que ao centrar-se na preparação da intervenção multifacetada e pluridisciplinar, privilegiou a complementaridade entre as etapas do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social.

O Diagnóstico Social consiste assim num processo de elaboração e sistematização de informação, implicando o conhecimento e compreensão dos problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e evolução ao longo do tempo, assim como, os fatores condicionantes e de risco, e ainda as suas tendências previsíveis, não descurando os recursos e potencialidades existentes no território.

Desta forma, procurou-se com este documento identificar e caracterizar as principais problemáticas do território, fazendo uma breve alusão aos indicadores fundamentais do Concelho da Covilhã.

Metodologias

No processo de elaboração do Diagnóstico Social do Concelho da Covilhã, definiu-se uma metodologia de recolha de contributos, de identificação de problemas/necessidades e de recursos/potencialidades do Concelho.

A Metodologia utilizada foi a implementação de formulários, através dos quais foram inquiridas todas as entidades parceiras que constituem o CLAS - Conselho Local de Ação Social, abrangendo os seis eixos de intervenção (Saúde, Equipamentos e Respostas Sociais, Educação/Formação, Emprego, Habitação, Acessibilidades, Inclusão, Ambiente e Sustentabilidade), com o propósito de estabelecer prioridades, bem como encontrar algumas medidas de atuação que possam servir de contributo para o desenvolvimento do concelho.

No conjunto de respostas aos formulários, fica bem patente que, no universo de parceiros, há entidades que tendem a assumir um papel mais ativo na ação estratégica da Rede Social e que essa dinâmica depende tanto da disponibilidade dos técnicos como da valorização que as lideranças das instituições atribuem à Rede Social. Os contributos recolhidos permitiram uma análise detalhada, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, orientadora da identificação das prioridades com necessidade de resposta, no âmbito do Plano Desenvolvimento Social do Concelho da Covilhã.

Cumulativamente, também foi adotada a metodologia de criação de grupos de trabalho com os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia, ou seus representantes, interlocutores primordiais na identificação das problemáticas dos seus territórios, bem como de possíveis medidas de atuação.

Também neste âmbito, foram criados grupos de trabalho temáticos, constituídos pelas entidades parceiras do CLAS, que auxiliaram no estabelecimento de relações de causalidade existentes nas distintas problemáticas e possíveis estratégias de intervenção, com vista à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Covilhã.

De uma forma geral, consideram-se reunidas as condições de suporte para que a Rede Social da Covilhã fortaleça a dinâmica de trabalho colaborativo entre os parceiros, uma vez que existe um sentimento global de interesse e disponibilidade para uma participação mais ativa, pelo que é fundamental que essa predisposição para a ação seja auxiliada de mecanismos eficazes de animação.

Caracterização do Território

O Município da Covilhã localiza-se na região Centro, distrito de Castelo Branco, integrando a NUT III Beiras e Serra da Estrela. Estabelece fronteira com os Municípios de Seia, Manteigas e Guarda, no quadrante Norte, de Belmonte, a Este, e do Fundão, a Sul, pertencentes à mesma NUT III, e ainda com os municípios de Arganil e de Pampilhosa da Serra, localizados a oeste, que integram a NUT III Região de Coimbra.

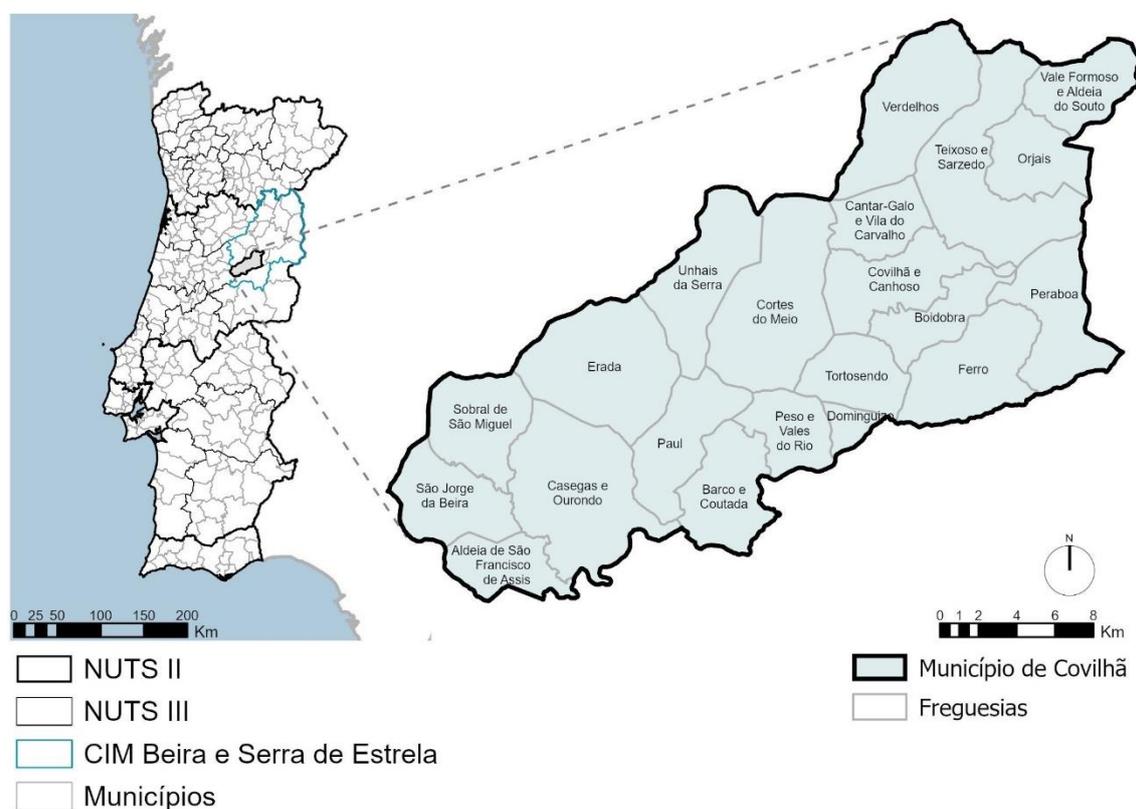


Figura 1. Localização e enquadramento administrativo do Município da Covilhã

Fonte: SPI

O Município possui uma **superfície total de 555,6 km²**, estando o território administrativamente organizado em **21 freguesias**: Aldeia de São Francisco de Assis; União de Freguesias (UF) de Barco e Coutada; Boidobra; UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho; UF de Casegas e Ourondo; Cortes do Meio; UF de Covilhã e Canhoso; Dominguiço; Erada; Ferro; Orjais; Paul; Peraboa; UF de Peso e Vales do Rio; São Jorge da

Beira; Sobral de São Miguel; UF de Teixoso e Sarzedo; Tortosendo; Unhais da Serra; UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto e Verdelhos.

Caracterização demográfica

A questão demográfica emerge, ao nível nacional, como um dos principais desafios que o nosso País enfrenta. Efetivamente, na última década, Portugal perdeu residentes e é hoje um dos países mais envelhecidos da União Europeia (UE). Esta questão assume uma expressão particularmente preocupante nos territórios do interior.

Os dados mais recentes de população residente divulgados pelo INE, dos Censos 2021, indicam que o Município da Covilhã era, no momento censitário, o local de residência de um total de 46.455 indivíduos. Revelam também que não foi possível inverter, ou mesmo atenuar, a perda de residentes que se vem observando ao longo das últimas décadas, tendo o Município perdido 10,3% da sua população entre 2011 e 2021. (Figura 2)

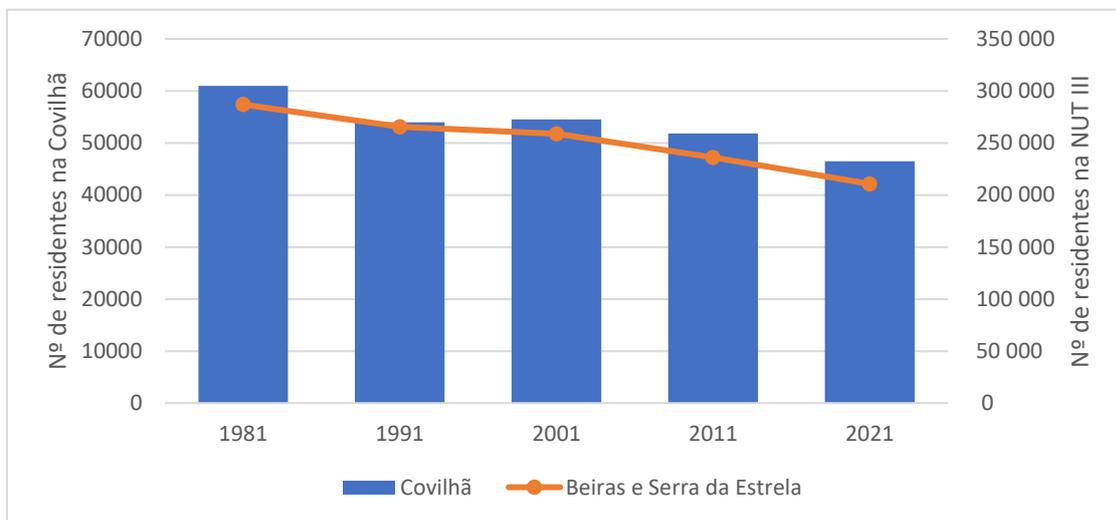


Figura 2. Evolução da população residente no Município da Covilhã e NUT Beiras e Serra da Estrela (nº), entre 1981 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Os dados dos Censos revelam também que este **decréscimo populacional**, embora com intensidade distinta, é **transversal a todas as freguesias**. A intensidade das perdas demográficas é, tendencialmente, **inversa à densidade populacional do povoamento**. Deste modo, a freguesia de Boidobra e a UF de Covilhã e Canhoso, localizadas nas áreas

do Município mais densamente povoadas, são as únicas que, entre 2011 e 2021, registaram perdas populacionais inferiores a 5% (respetivamente, -2,4 e -4,2%). Seguem-se Tortosendo (com -7,3%), Ferro (com -8,6%) e Dominguizo (com -9%). A UF de Teixoso e Sarzedo e a UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, apesar de integrarem o eixo de maior concentração de população, registaram perdas demográficas muito consideráveis (-13,7% e -19,2%, respetivamente).

No entanto, **foi nas freguesias mais rurais e periféricas** e onde existe menor concentração de população, **que a perda de população assumiu maior expressão**. Destaca-se a freguesia de Sobral de São Miguel, a freguesia que tinha já menor dimensão populacional, com uma redução do número de habitantes de 29,7%, mas também Unhais da Serra e a UF de Casegas e Ourondo (com -25%), e ainda Verdelhos, UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto, Aldeia de São Francisco de Assis, e São Jorge da Beira, todos com uma variação de população negativa de mais de 20% (Figura 3).

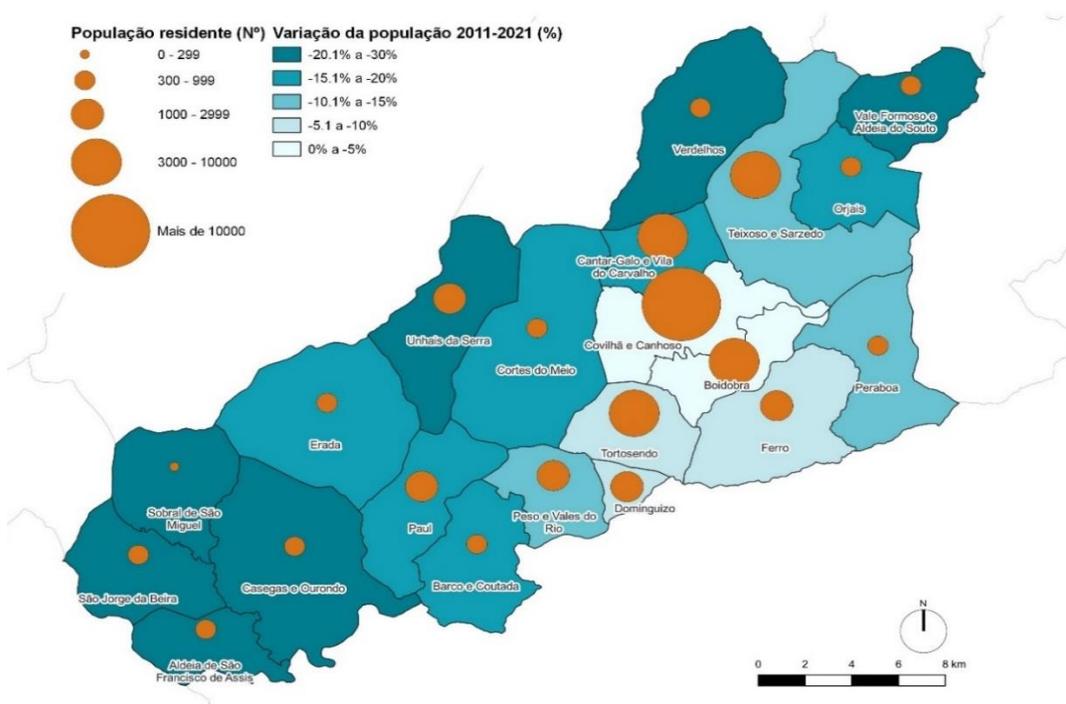


Figura 3. Distribuição da população residente (em 2021) e taxa de variação da população (entre 2011 e 2021), por freguesia

Fonte: INE, Censos 2021

Decompondo a evolução demográfica por componentes, com recurso aos indicadores demográficos publicados pelo INE, fica perceptível que, tanto no Município da Covilhã, como nas escalas territoriais escolhidas para referência, a perda de população é sobretudo explicada pela relação entre a intensidade do **comportamento negativo do saldo natural**, que não é totalmente compensado por um saldo migratório, que apesar de positivo (e como veremos, crescente), é ainda insuficiente para compensar a reduzida natalidade e elevada mortalidade (esta última de mais do dobro da anterior). Não obstante o declínio demográfico observado, verifica-se que a relação destas duas componentes de crescimento da população é mais equilibrada no Município da Covilhã do que na sub-região: em 2020, a **taxa de crescimento natural no Município foi de -0,77%**, enquanto na NUT III foi de -1,13%, e a **taxa de crescimento migratório foi de 0,74%** (superando a taxa de crescimento migratório nacional, embora não a da Região Centro e a das Beiras e Serra da Estrela) (Figura 4)

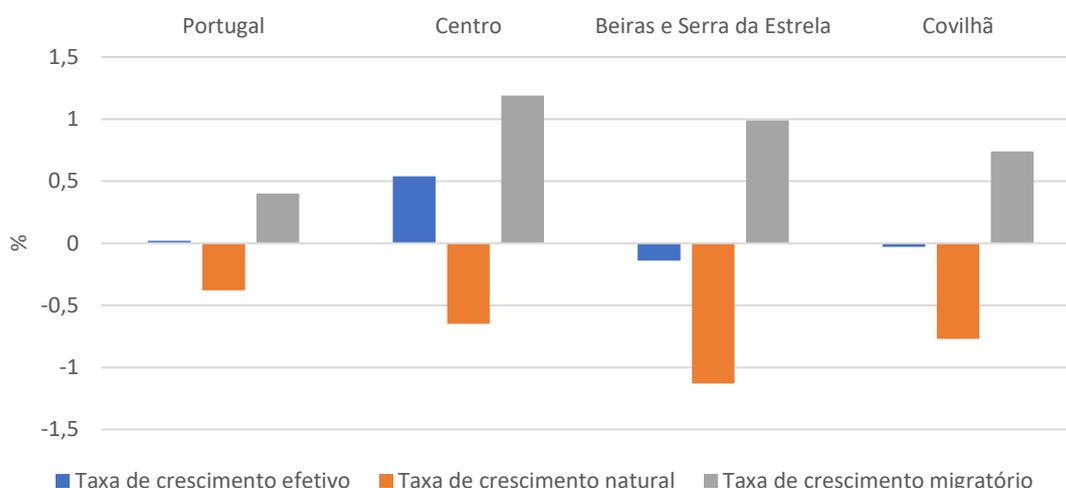


Figura 4. Taxa de crescimento efetivo, natural e migratório (%), em 2020

Fonte: INE, Indicadores demográficos

A evolução das taxas de crescimento efetivo, natural e migratório no Município da Covilhã, ao longo da última década, permite constatar não apenas a relevância que a componente migratória assume na evolução da população residente, mas também a trajetória positiva que se vem observando, interrompida entre 2015 e 2018, mas retomada após esta última data. A taxa de crescimento migratório que, neste período, se vinha mantendo sempre negativa, registou nos dois últimos anos valores positivos,

traduzindo uma **maior atratividade territorial e capacidade de fixação da população residente** (Figura 5).

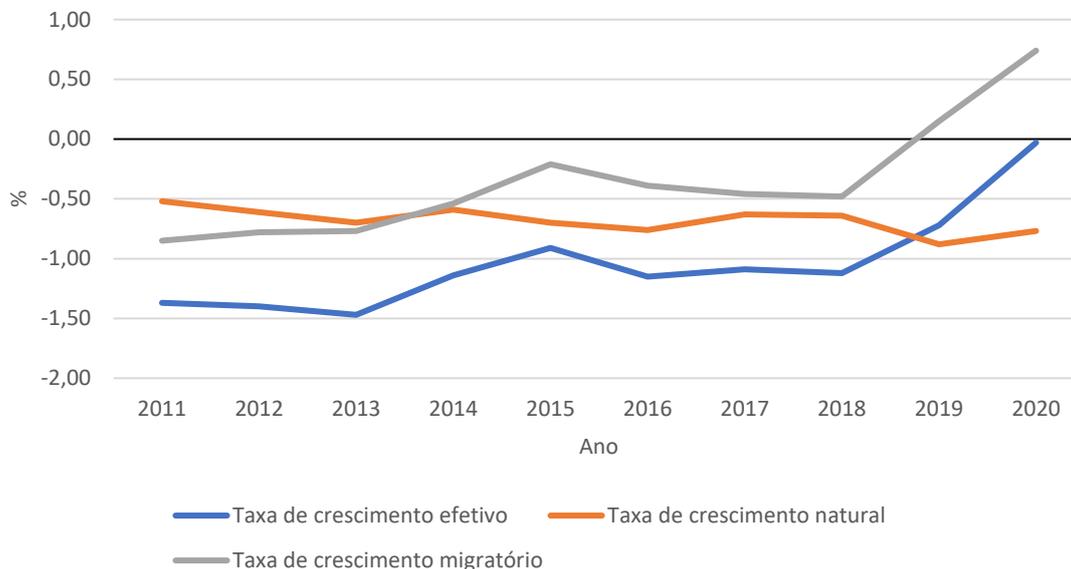


Figura 5. Evolução das taxas de crescimento efetivo, natural e migratório no município da Covilhã (%), entre 2011 e 2020

Fonte: INE, Indicadores demográficos

A evolução da população atendendo ao número de agregados residentes no Município da Covilhã, tal como nas restantes escalas geográficas em análise, é mais favorável. Em 2021, **no Município da Covilhã residiam 20311 agregados**, dos quais 20270 são agregados domésticos privados¹ e 41 agregados institucionais². O total de agregados diminuiu 4,4% face a 2011, o que corresponde a uma variação muito inferior à do número de indivíduos, deixando antever que **a diminuição do número de agregados domésticos privados foi acompanhada por uma recomposição em termos de dimensão** (Figura 6).

¹ Um agregado doméstico privado é um conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

² Os agregados institucionais definem-se como o conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.

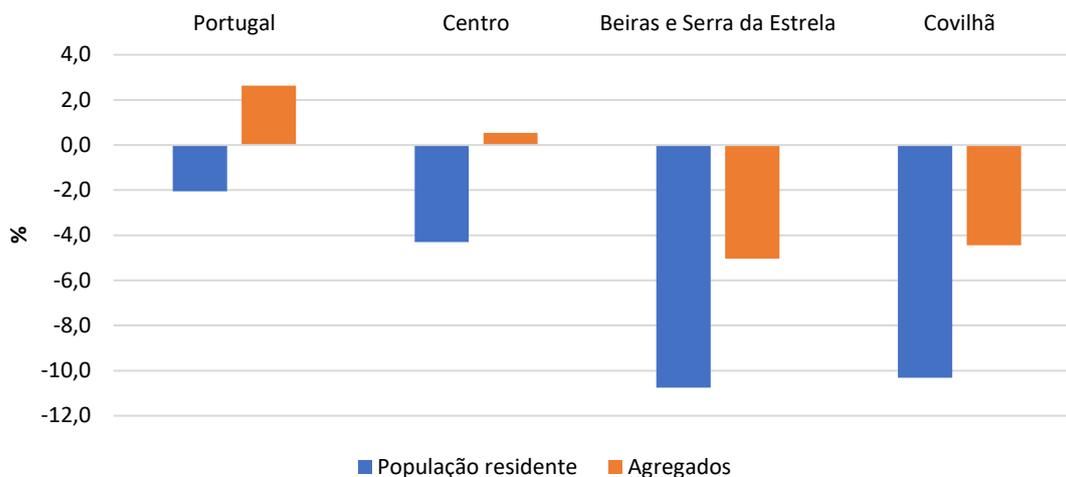


Figura 6. Variação da população e dos agregados residentes no Município da Covilhã, na NUT Beiras e Serra da Estrela, na região Centro e em Portugal, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

A distribuição dos agregados domésticos privados, como seria de esperar, **segue de perto a distribuição da população**, destacando-se a UF da Covilhã e Canhoso como aquela onde residem mais agregados, seguindo-se as freguesias limítrofes localizadas na sua primeira coroa (com exceção de Cortes do Meio, a ocidente da Covilhã).

Tendencialmente, verifica-se que as **freguesias mais rurais e com menor dimensão populacional são aquelas onde existe uma maior proporção de agregados de menor dimensão**. Entre estas destacam-se Sobral de São Miguel e São João da Beira, nas quais os agregados constituídos por apenas uma ou duas pessoas representam mais de 80% do total de famílias. Pelo contrário, Boidobra e Dominguizo são as freguesias onde os agregados com maior dimensão (quatro ou mais elementos) assumem uma maior importância relativa, enquanto os agregados unipessoais ou com apenas duas pessoas, apesar de relevantes, comparativamente assumem uma menor representatividade (Figura 7).

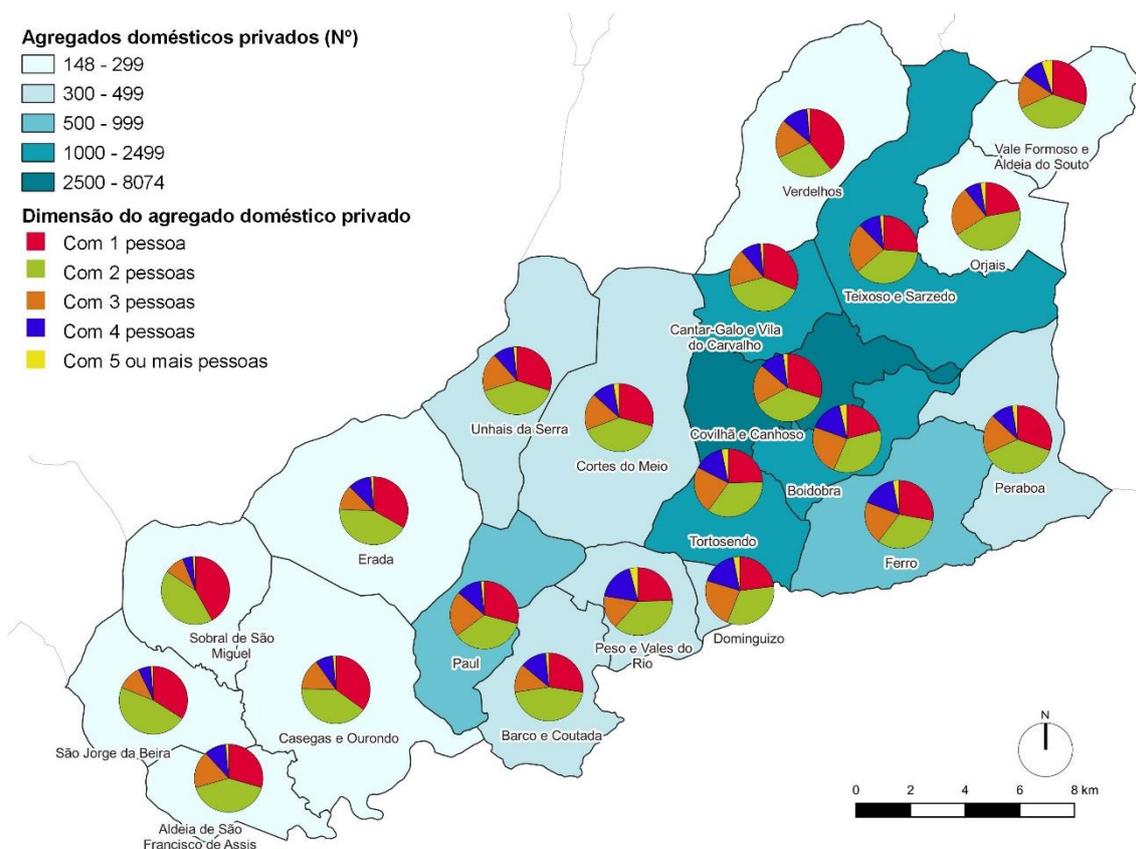


Figura 7. Distribuição e dimensão dos agregados domésticos privados, por freguesia, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Genericamente, e em linha com a tendência observada para o País, os agregados com maior número de indivíduos (3, 4 e, principalmente, 5 ou mais pessoas) foram aqueles que registaram uma maior queda entre os dois últimos Censos, contrariamente aos agregados com apenas uma pessoa ou duas pessoas, que apresentam uma variação positiva. Neste período, **os agregados unipessoais residentes no Município aumentaram 13,6%**, enquanto os agregados mais numerosos diminuíram 34,6% (5 ou mais pessoas). Os agregados de 3 e 4 pessoas registaram um decréscimo igualmente substancial, na ordem dos 20%. Por último, os agregados institucionais, onde se incluem, entre outros, os residentes em equipamentos de ação social com vertente residencial, aumentaram 13,9% (Figura 8).

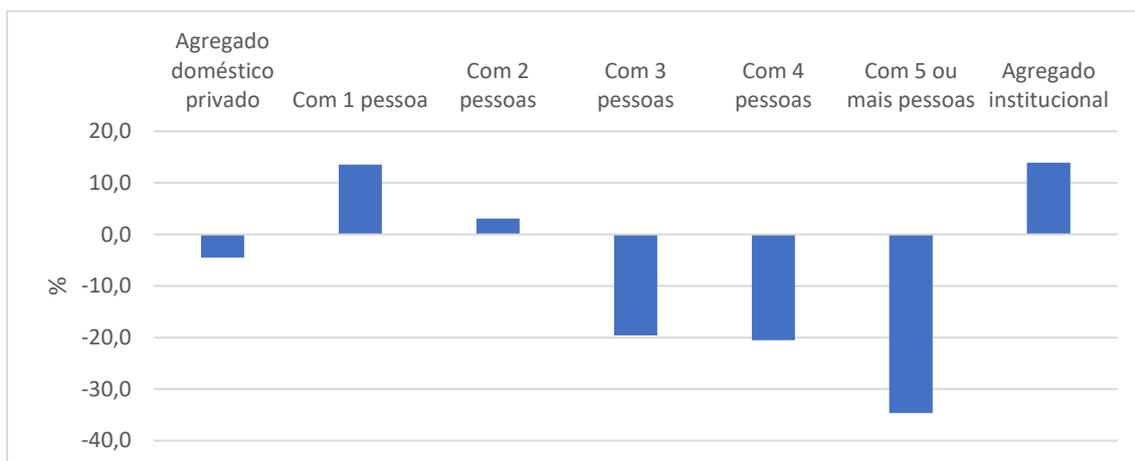


Figura 8. Variação dos agregados residentes no Município da Covilhã, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

De forma genérica, estas tendências são, em larga medida, **resultado do envelhecimento da população**, que tem consequências na diminuição da fecundidade e da natalidade, assim como na forte e crescente representatividade dos agregados mais pequenos (Tabela 1).

Tabela 1. Índice de envelhecimento no Município da Covilhã, na NUT Beiras e Serra da Estrela, na região Centro e em Portugal, em 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	Índice de envelhecimento		
	%	%	Variação
	2021	2011	2011-21
Portugal	182,1	127,8	42,4
Região Centro	228,6	163,4	39,9
NUT III Beiras e Serra da Estrela	337,9	236,0	43,2
Município da Covilhã	286,8	192,3	49,1

Nas últimas décadas, o **envelhecimento da população tem-se agravado** em todo o País. O rácio entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de crianças e jovens com menos de 15 anos (índice de envelhecimento) passou, no território português, de

127,8, em 2011, para 182,1, em 2021. No entanto, esta desproporção é ainda mais intensa no Município da Covilhã, onde à data dos últimos Censos, residem **286,8 idosos por cada 100 jovens**.

Os fluxos migratórios da população mais jovem para as grandes cidades do litoral, os movimentos de emigração e o declínio da natalidade, são fatores que contribuem para esta prestação. Embora a situação observada no Município seja menos desfavorável do que NUT III, esta é uma **situação preocupante, não só pela sua intensidade, mas também pela tendência de agravamento**, como demonstra a variação de +49,1% no indicador.

No entanto, a intensidade do envelhecimento não é, como é natural, equivalente em todas as freguesias, apresentando-se especialmente crítica nas freguesias de Sobral de São Miguel, São Jorge da Beira e UF de Casegas e Ourondo, onde o número de idosos supera o número de jovens mais de 10 vezes. Em oposição, Boidobra e Tortosendo destacam-se como as freguesias mais jovens (Figura 9).

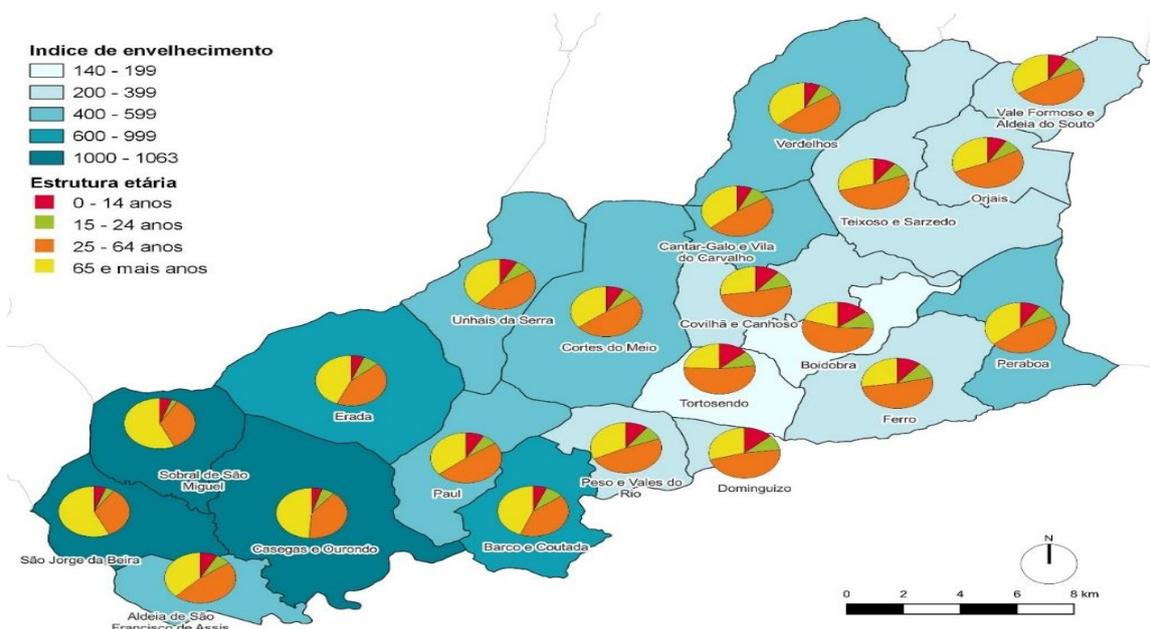


Figura 9. Índice de envelhecimento e população por grupo etário

Fonte: INE, Censos 2021

Os dados mais recentes dos Censos permitem ainda analisar a **presença no território de população estrangeira** (Tabela 2) **ou com naturalidade estrangeira** (Tabela 3). Verifica-se assim que, em 2021, residiam no Município da Covilhã 1136 cidadãos estrangeiros, a

grande maioria dos quais (962 pessoas) **nacionais de países não comunitários**, que representavam quase 2.4% dos residentes, uma proporção que fica aquém da equivalente nacional e regional, embora supere a da NUT III.

Tabela 2. Número e taxa de variação da população residente por nacionalidade, em 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	Total	Portuguesa	Estrangeira da UE	Estrangeira fora da UE
N.º	2021			
Portugal	10 343 066	9 800 752	95 398	446 767
Região Centro	2 227 239	2 143 428	13 560	70 233
NUT III Beiras e Serra da Estrela	210 602	206 091	1 088	3 422
Município da Covilhã	46 455	45 318	184	952
%	2021			
Portugal	100,0	94,8	0,9	4,3
Região Centro	100,0	96,2	0,6	3,2
NUT III Beiras e Serra da Estrela	100,0	97,9	0,5	1,6
Município da Covilhã	100,0	97,6	0,4	2,0
Variação Percentual	2011-2021			
Portugal	-2,1	-3,7	21,1	41,5
Região Centro	-4,3	-5,8	15,9	62,8
NUT III Beiras e Serra da Estrela	-10,8	-11,8	-14,1	99,6
Município da Covilhã	-10,3	-11,8	-2,6	136,2

A importância dos residentes nacionais de países terceiros cresceu substancialmente, entre os dois últimos censos, em particular no que respeita aos cidadãos de países fora da UE, que aumentaram 136,2%. Esta presença e este acréscimo terá uma forte relação com a presença da UBI.

A população residente por naturalidade, que inclui algumas pessoas que adquiriam nacionalidade portuguesa, assim como eventuais descendentes de população nacional emigrante ou ex-emigrante, tem uma representatividade superior.

Tabela 3. Número e taxa de variação da população residente por naturalidade, em 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	Total	Portuguesa	Estrangeira da UE	Estrangeira fora da UE
N.º	2021			
Portugal	10 343 066	9 254 043	206 993	882 030
Região Centro	2 227 239	2 031 074	48 915	147 250
NUT III Beiras e Serra da Estrela	210 602	196 586	5 760	8 256
Município da Covilhã	46 455	43 497	1 133	1 825
%	2021			
Portugal	100,0	89,5	2,0	8,5
Região Centro	100,0	91,2	2,2	6,6
NUT III Beiras e Serra da Estrela	100,0	93,3	2,7	3,9
Município da Covilhã	100,0	93,6	2,4	3,9
Variação Percentual	2011-2021			
Portugal	-2,1	-4,5	9,4	29,2
Região Centro	-4,3	-6,3	1,6	32,5
NUT III Beiras e Serra da Estrela	-10,8	-11,7	-8,4	15,8
Município da Covilhã	-10,3	-12,0	-6,2	55,2

Em 2021, no Município da Covilhã residiam 2958 pessoas com naturalidade não portuguesa, das quais 1133 nasceram noutro país da UE e 1825 noutro país não comunitário. Estas pessoas, no seu conjunto, representavam cerca de 6,4% do total de residentes, uma proporção que, embora seja crescente, é inferior à registada nas restantes escalas geográficas observadas, traduzindo alguma dificuldade na fixação de população.

A distribuição da população com naturalidade estrangeira pelo Concelho privilegia as freguesias de maior concentração de população, embora a diferença entre a importância relativa desta população no total de residentes entre 2011 e 2021, indique uma tendência de concentração na UF de Covilhã e Canhoso e nas freguesias da faixa sudeste (UF de Barco e Coutada, Peraboa, UF de Casegas e Ourondo e Ferro) (Figura 10). Estas dinâmicas podem ter algum significado, apesar de não serem muito acentuadas, atendendo aos reduzidos quantitativos populacionais de algumas destas freguesias.

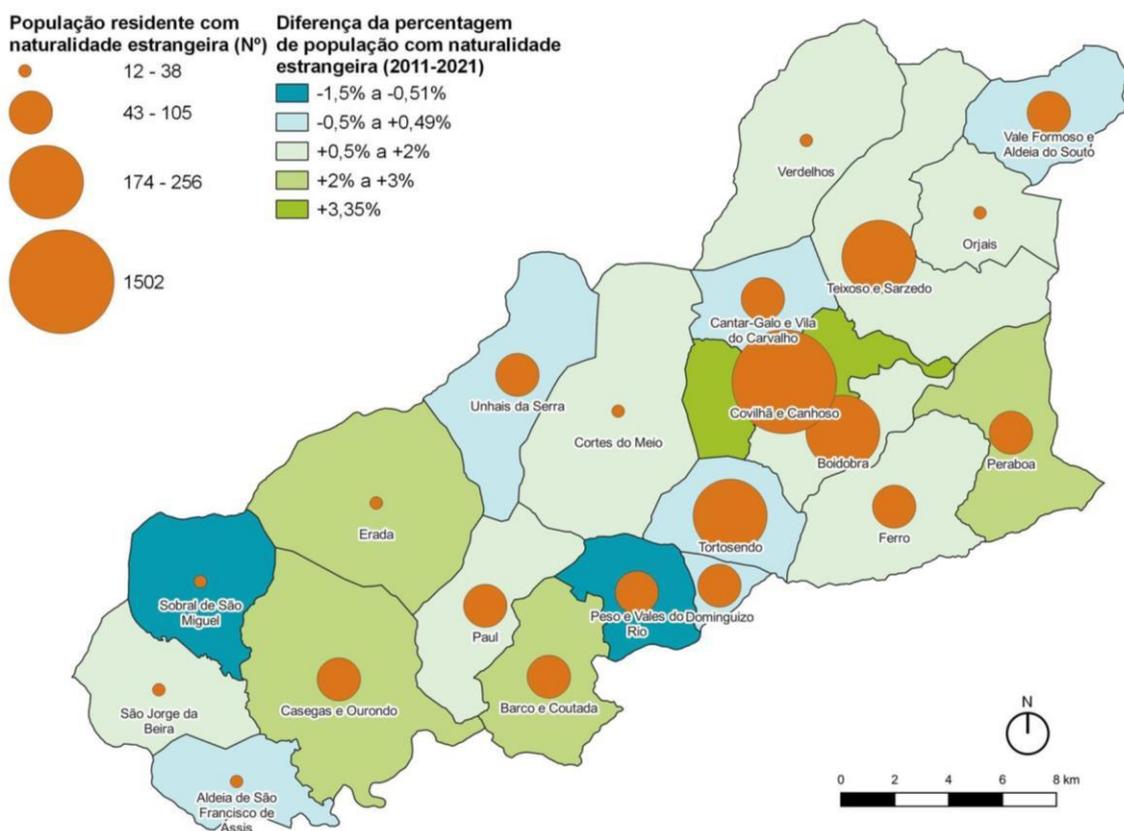


Figura 10. População residente com naturalidade estrangeira por freguesia, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Atendendo aos dados, publicados pelo INE, relativos à população estrangeira, verifica-se que, no Município da Covilhã, tanto o número de pedidos de estatuto de residente, como o número de indivíduos estrangeiros com estatuto legal de residente (Figura 11),

têm aumentado substancialmente³. Sendo esta uma tendência inversa à evolução do total de população residente, verifica-se que o aumento da importância relativa da população estrangeira é potenciado.

Entre as origens, destaca-se a América Central e do Sul, nomeadamente o **Brasil**, como a nacionalidade mais representada.

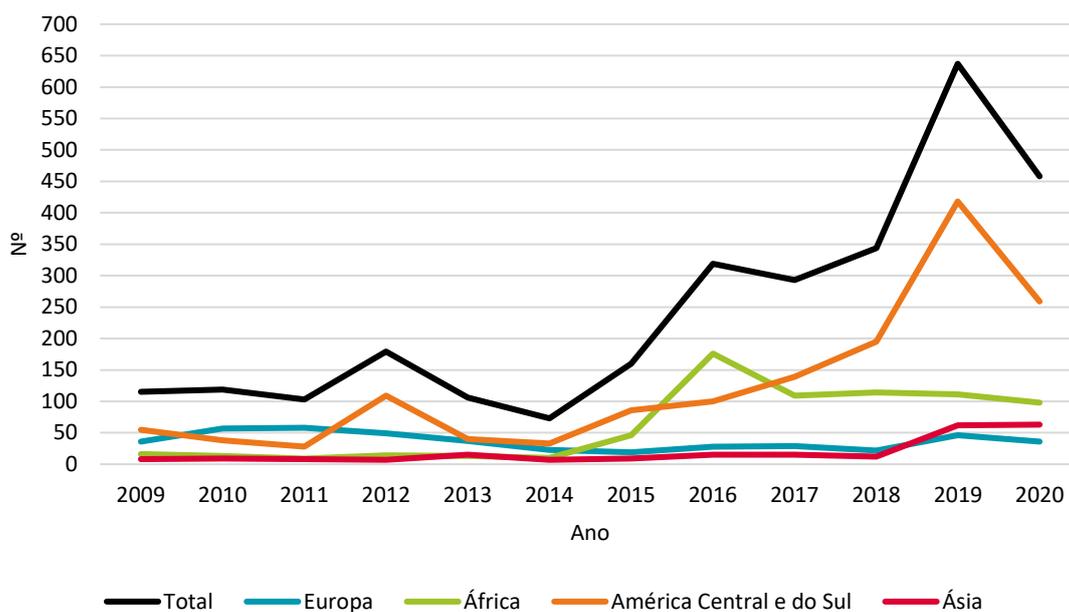


Figura 11. Pedidos de estatuto de residente por origem no Município da Covilhã, entre 2009 e 2020

Fonte: INE

³ De acordo com o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual) o residente legal é o cidadão estrangeiro habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano. Os dados apresentados pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não incluem os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, assim como os estrangeiros com situação irregular.

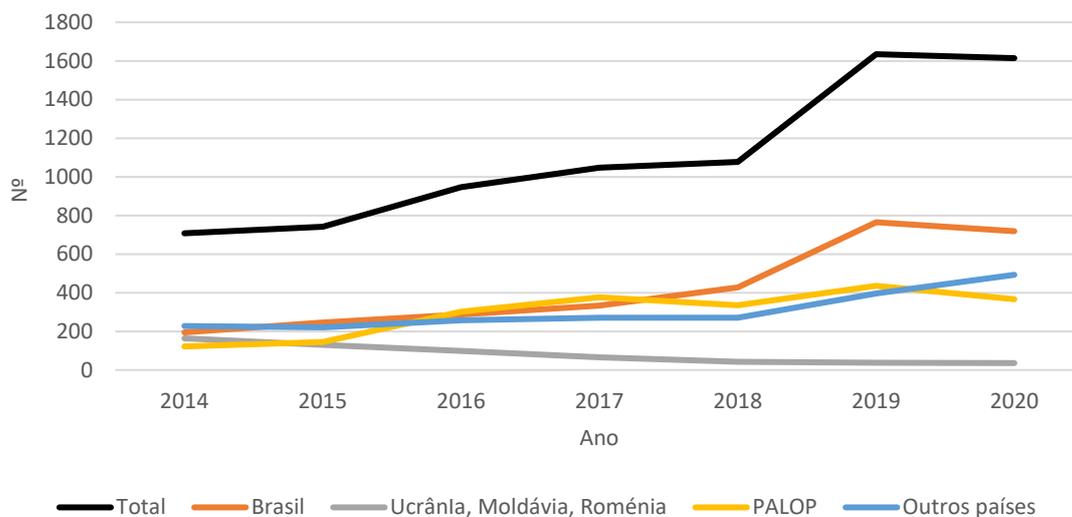


Figura 12. População estrangeira com estatuto legal de residente no Município da Covilhã, entre 2014 e 2020

Fonte: INE

Uma parte muito substancial desta população estrangeira é estudante na UBI. Em 2019, aqui estudavam 1492 pessoas, provenientes de 54 países diferentes, destacando-se o Brasil e Angola como os países mais representados (respetivamente 688 e 297 pessoas). Na mesma data, vivia na Covilhã um total de 1635 pessoas estrangeiras com estatuto legal de residente.

Caracterização Socioeconómica

Saúde

ACES Cova da Beira

O ACES Cova da Beira foi criado pela Portaria n.º 274/2009, de 18 de março, estando sediado na Avenida 25 de Abril na Covilhã. Tem como área geográfica de atuação os concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão. Os respetivos Centros de Saúde (CS) deram lugar a 12 Unidades Funcionais (UF), nomeadamente de 2 Unidades de Saúde Familiar (USF), 5 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) com as respetivas Extensões de Saúde (ES), 3 Unidades de Cuidados na Comunidade, 1 Unidade de Saúde Pública (USP) e 1 Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), sendo que no concelho da Covilhã estão distribuídas e sediadas da seguinte forma:

Covilhã

USF da Estrela, sediada no CS da Covilhã

UCSP Covilhã, sediada no CS Covilhã, com 3 ES (Boidobra, Ferro e Peraboa)

UCSP Teixoso, com sede no CS Teixoso, com 5 ES (Aldeia do Souto, Orjais, Vale Formoso, Verdelhos e Vila de Carvalho)

UCSP Tortosendo, com sede no CS Tortosendo, com 15 ES (Aldeia de São Francisco de Assis, Barco, Barroca Grande, Casegas, Cortes do Meio, Coutada, Dominguiso, Erada, Ourondo, Paul, Peso, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, Unhais da Serra e Vales do Rio)

UCC Cava Juliana, com sede no CS da Covilhã

USP Cova da Beira, com sede no CS da Covilhã

URAP Cova da Beira, com sede no CS da Covilhã

No concelho da Covilhã existem ainda um Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP), com sede no CS da Covilhã, dando resposta a utentes dos concelhos da Cova da Beira e limítrofes.

Tabela 4. Número de Profissionais existentes no ACES Cova da Beira a 01 de janeiro de 2023, por grupo profissional

Fonte: ACeS Cova da Beira, 2023

	Recursos Humanos existentes	Mapa de pessoal previsto
Dirigente	1	1
Médicos	75	86
Enfermeiros	95	109
T. Superiores de saúde	1	4
T. de diagnóstico e terapêutica	8	13
T. Superiores	4	5
Técnicos de informática	1 ⁴	1
Assistentes Técnicos	68	78
Assistentes Operacionais	26	36
Total	279	333

Tabela 5. Número de Utentes (com e sem médico de família) inscritos em cada Unidade de Saúde Familiar (USF) e Unidade de Cuidados de Saúde Personalizada (UCSP) do ACES Cova da Beira, em 01 janeiro de 2023

Fonte: ACeS Cova da Beira, 2023

	Utentes inscritos		
	Com médico de família	Sem médico de família	Total
USF da Estrela	10 232	0	10 232
UCSP Covilhã	19 419	406	19 825
UCSP Teixoso	8 451	77	8 528
UCSP Tortosendo	12 695	1 608	14 303
Total	50 797	2 091	52 888

O ACES Cova da Beira através de uma equipa técnica formada pelos coordenadores das UF e os parceiros da comunidade, identificaram os cinco principais problemas de saúde, constantes no Plano Local de Saúde da Cova da Beira 2018-2020, sendo priorizados:

1. Doença Oncológica;
2. Doença Cardio-cerebrovascular;
3. Doença Mental;
4. Diabetes *Mellitus*;
5. Envelhecimento Demográfico (determinante de saúde).

⁴ Ausente em atividade sindical

Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira (CHUCB E.P.E.)

É a instituição hospitalar pública de referência, que engloba o Hospital Pêro da Covilhã e o Hospital do Fundão. O CHUCB E.P.E. possui 317 camas para internamento, possuindo os seguintes serviços: cardiologia, endocrinologia, gastroenterologia, hematologia, imunoalergologia, infecologia, medicina interna, medicina paliativa, neurologia, nutrição e atividade física, oncologia, pneumologia, reumatologia, unidade de cessação tabágica, medicina intensiva (unidade de Acidente Vascular Cerebral e cuidados intensivos), urgência geral, anestesiologia, cirurgia cardio-torácica, cirurgia geral, cirurgia plástica, dermatologia, estomatologia, neurocirurgia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, urologia, obstetrícia e ginecologia, pediatria (neonatologia, urgência pediátrica e neonatal e unidade de desenvolvimento), medicina reprodutiva, anatomia patológica, imagiologia imunohemoterapia, medicina física e reabilitação, patologia clínica, psiquiatria e psiquiatria da infância e adolescência.

Equipa Técnica Especializada de Tratamento da Covilhã e Equipa de Prevenção da Covilhã

Sedeadas na Covilhã, a Equipa Técnica Especializada de Tratamento (ET) da Covilhã e a Equipa de Prevenção (EP) da Covilhã, são Unidades Locais de Intervenção pertencentes ao Centro de Respostas Integradas de Castelo Branco (CRI), que por sua vez se encontra integrado na estrutura orgânica da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARSC).

O CRI possui quatro áreas de missão: Tratamento, Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção Social.

Ao nível do **Tratamento**, a ET da Covilhã disponibiliza tratamento em ambulatório a pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), com ou sem substâncias associadas, bem como encaminhamento para unidades de desabilitação e internamentos em Comunidades Terapêuticas (tratamento psicoterapêutico de longa duração).

No que se refere à **Prevenção**, a ET da Covilhã disponibiliza consultas de prevenção, realiza ações de sensibilização/formação no âmbito dos CAD, disponibiliza programas de treino de competências pessoais e sociais onde se inserem os programas Eu e os Outros, Ger@ções, Trilhos, ReCRIar Riscos e Desafios, entre outros.

Já na área da **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, a ET da Covilhã promove o rastreio de doenças infetocontagiosas, promove sessões de Educação para a Saúde e disponibiliza meios para realização de diagnóstico rápido de infeção por VIH e Hepatite C.

A área da **Reinserção Social**, visa efetuar um diagnóstico ao nível das eventuais carências (sociais, laborais, económicas, etc) das pessoas e promover a resolução das carências recorrendo às respostas sociais disponíveis na sociedade.

A ET da Covilhã possui ainda uma consulta descentralizada, que funciona às segundas-feiras com periodicidade quinzenal, no Hospital do Fundão.

Caracterização da População

A maioria das pessoas atendidas na ET e EP da Covilhã é do sexo masculino (88,4%); solteiras (59,06%), tendo idades compreendidas ente os 40 e os 60 anos de idade (62,68%).

No que respeita ao grau de escolaridade, a maioria das pessoas acompanhadas (62,68%) completaram o 2º ou o 3º ciclo do ensino básico e 39,86% tem emprego estável/regular. Apesar da taxa de pessoas empregadas ser expressiva, verifica-se que 34,42% estão desempregadas, das quais 21,74% está desempregada há mais de um ano.

A grande maioria das pessoas procurou acompanhamento por iniciativa própria (38,77%). Não deixa de ser relevante que 16,67% das pessoas tenham sido encaminhadas por uma instituição judicial/reinserção social e 12,32% tenham sido referenciadas por familiares e/ou amigos.

No que se refere aos CAD, verifica-se que 97,46% das pessoas tem problemas de dependência com substância psicoativa (SPA) associadas, das quais 44,93% são

dependentes de heroína, seguindo-se a dependência alcoólica (26,09%) e a dependência de cannabis (15,58%).

No caso específico das ET e EP da Covilhã, no decorrer do ano 2022 encontraram-se ativos 309 pessoas com acompanhamento regular, às quais foram realizados 4069 eventos assistenciais, numa média de 13 eventos/pessoa.

Recursos Humanos

Por forma a operacionalizar as áreas de missão, a ET da Covilhã dispõe do seguinte mapa de pessoal:

Tabela 6. Número de Profissionais existentes, por grupo profissional

Fonte: Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., Centro de Respostas Integradas de Castelo Branco - Equipa de Tratamento da Covilhã

	CRI	ET Covilhã
Médicos	2 a tempo parcial	1
Enfermeiros	3	1 a tempo inteiro + 1 a tempo parcial
Assistentes Sociais	4	2
Sociólogos	1	1 (partilhado com ET de Castelo Branco)
Psicólogos	4	1
Assistentes Técnicos	4	2
Assistentes Operacionais	2	1

Contactos e Marcação de Consultas

Sempre que uma pessoa queira, por sua iniciativa, iniciar acompanhamento na ET ou EP da Covilhã, pode solicitar marcação de consulta deslocando-se presencialmente à ET da Covilhã (Av. 25 de Abril – Antigo Posto Médico), por telefone através do nº 275002100, por e-mail através do endereço cri.cbranco@arscentro.min-saude.pt ou ainda através do formulário online disponível em <https://inscricao publica.sicad.min-saude.pt/InscricaoPublicaCAD/>

Centro de Diálise da Beira Interior S.A. – NephroCare Covilhã

Integra os centros de nefrologia que oferece cuidados diferenciados na área da diálise.

Outras instituições de saúde privadas

No Quadro 18 são apresentadas instituições de saúde privadas, segundo a Entidade Reguladora da Saúde.

Tabela 7. N.º de serviços de saúde privados, 2018

Fonte: INE, ERS

	Clínicas médicas, consultórios e outros	Clínicas dentárias	Laboratórios de análises	Farmácias	Postos farmacêuticos
Covilhã	63	24	34	19	3

Educação e Formação

As dinâmicas socioeconómicas regionais e locais, aferidas por indicadores relativos ao perfil de escolaridade e formação, emprego e desemprego da população, ou ainda níveis de rendimento, influenciam a capacidade e as condições das famílias em aceder a uma habitação condigna. Com efeito, questões como o perfil de especialização económica dos territórios, o qual acaba por se repercutir nos níveis de empregabilidade, na estabilidade laboral e no nível de rendimento da população residente, ou o nível de escolaridade da população (tendo presente que pessoas com maiores qualificações tendem a obter rendimentos mais elevados).

No que respeita ao **perfil de escolaridade da população residente**, atendendo aos dados dos Censos de 2021, a **Covilhã apresenta valores alinhados com a média nacional**, mas ligeiramente mais favoráveis do que a regional e, mais ainda, do que a sub-regional (Figura 13).

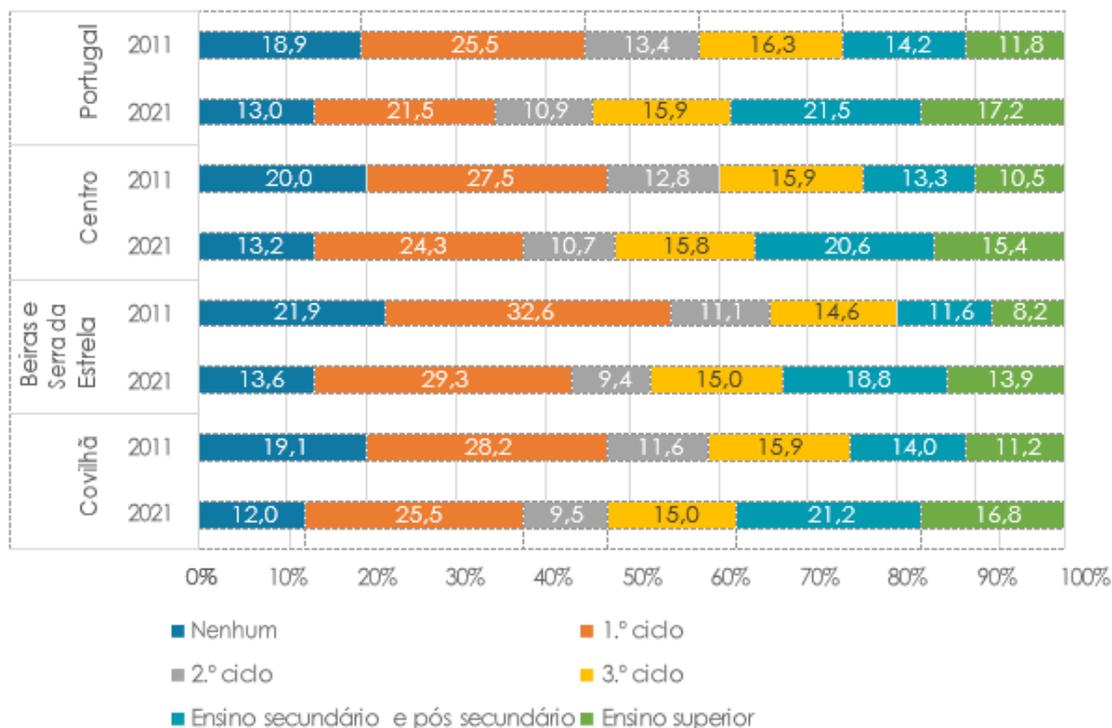


Figura 13. População residente segundo o nível de escolaridade, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Tal como nas restantes escalas territoriais em análise, verificou-se uma **melhoria significativa do perfil de escolaridade** da população residente no Município da Covilhã, diminuindo a importância da população residente com menores níveis de instrução (como a população sem nenhum nível de escolaridade, que é, em 2021, inferior ao valor observado em qualquer outro nível territorial⁵, ou a população com só o 1º ciclo, que ainda assim inclui cerca de 25% do total de residentes em 2021). Pelo contrário, a importância da população com ensino superior cresceu cerca de 6%, correspondendo, em 2021, a 16,8% do total de residentes no Município da Covilhã.

⁵ Note-se, todavia, que esta categoria além das situações de analfabetismo, cada vez menos frequentes e muitíssimo concentradas nas faixas etárias mais idosas, inclui igualmente as crianças que não concluíram ainda nenhum nível de ensino.

Tabela 8. N.º de alunos concelho da Covilhã (Nível de Escolaridade)

Fonte: Carta Educativa Covilhã 2021/2022

Ano Letivo	Concelho	Nível	N.º Alunos
Total 2020-2021			5 111
2020-2021	Covilhã	Desconhecido	1
		Pré-Escolar	502
		1.º Ciclo	1 257
		2.º Ciclo	745
		3.º Ciclo	1 218
		Secundário	1 388
Total 2021-2022 Universitário			7 788
2021-2022	Covilhã	1.º Ciclo	3 948
		2.º Ciclo	1 596
		3.º Ciclo	587
		Mestrado Integrado	1 657

Também os **indicadores de insucesso escolar** no Município, como a taxa de retenção e desistência no ensino básico, **acompanham o comportamento à escala nacional e regional**, mantendo resultados próximos dos da Região Centro e, mais favoráveis do que os observados na sub-região Beiras e Serra da Estrela e no País. Em termos gerais, a desistência no ensino básico encontra-se em forte decréscimo, marcadamente nos últimos dez anos, tendo passado de valores em torno dos 10% (em 2012/2013) para níveis inferiores a 2% (em 2019/2020), com uma ligeira subida no ano seguinte, situação à qual não será alheia a pandemia de Covid-19 (Figura 14).

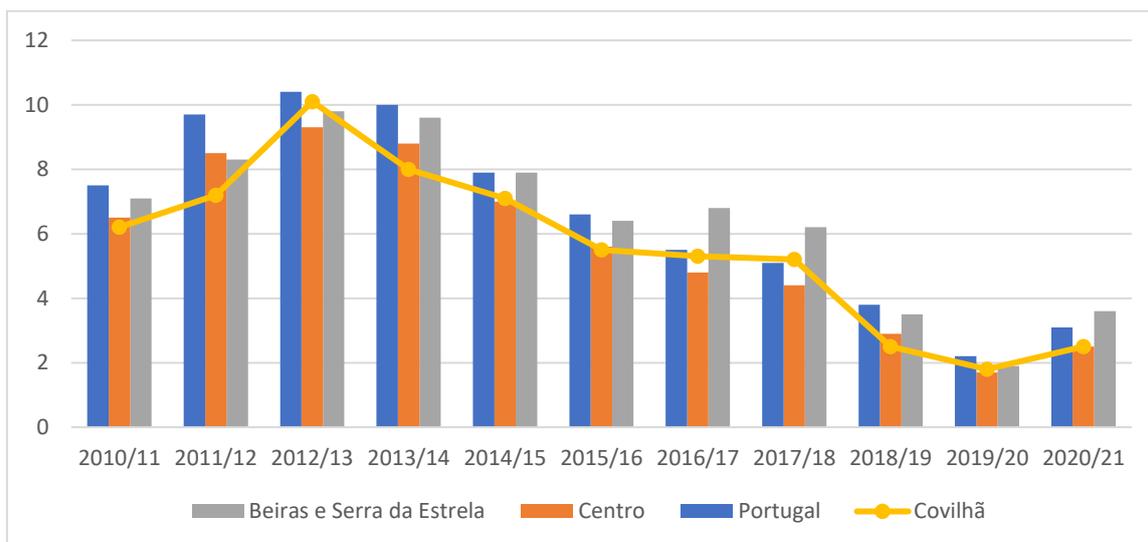


Figura 14. Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)

Fonte: Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência

Emprego

Em termos económicos, a Covilhã, embora partilhe dos constrangimentos enfrentados pelos territórios do interior, apresenta **alguma relevância e dinamismo**. Destaca-se a enraizada tradição da indústria de lanifícios, mantendo-se como um **importante centro de lanifícios da Europa**, com a presença de várias empresas têxteis de grande dimensão como as empresas do grupo Paulo Oliveira (Paulo Oliveira, Penteadora e Tessimax), a Benoli, a Fitecom, a filial portuguesa da Haco Etiquetas, fornecedoras de grandes marcas têxteis mundiais. **Outros ramos de atividade industriais assumem também relevância**, como a agroindústria, a mecânica e precisão, os plásticos, polimentos e energias alternativas. Como já mencionado, a Covilhã é também um **polo turístico**, principalmente durante o Inverno, devido à proximidade à Serra da Estrela e à estância de esqui, e um centro de comércio e serviços de âmbito sub-regional.

Em 2020, existiam no Município **4611 empresas ativas**, que representavam 18,5% do total de empresas da NUT III Beiras e Serra da Estrela. O volume de negócios das empresas localizadas no Município da Covilhã era de 687M€, representado 19,9% do volume de negócios do total de empresas na NUT III.

O **número de empresas ativas** no Município apresenta uma **tendência ligeira, mas constante, de crescimento, desde 2013**, embora não tenha, ao contrário da sub-região,

superado os quantitativos anteriores à crise financeira de 2008, que teve o seu mínimo em 2012 (Figura 15). Já o **volume de negócios das empresas ativas**, cuja tendência no Concelho acompanhou a registada na sub-região, teve uma prestação claramente mais positiva, de **crescimento quase interrupto e muito acentuado, entre 2016 e 2018** (Figura 16). No Concelho apenas registou uma perda no volume de negócios das empresas, entre 2011 e 2012, e mais recentemente em 2019, refletindo os efeitos do confinamento determinado pela pandemia de Covid-19.

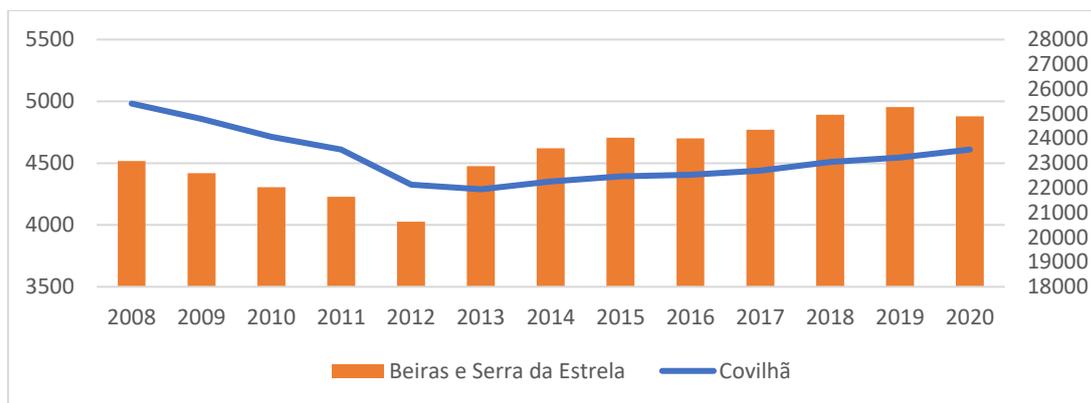


Figura 15. Evolução do número de empresas na Covilhã e na NUT Beiras e Serra da Estrela

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

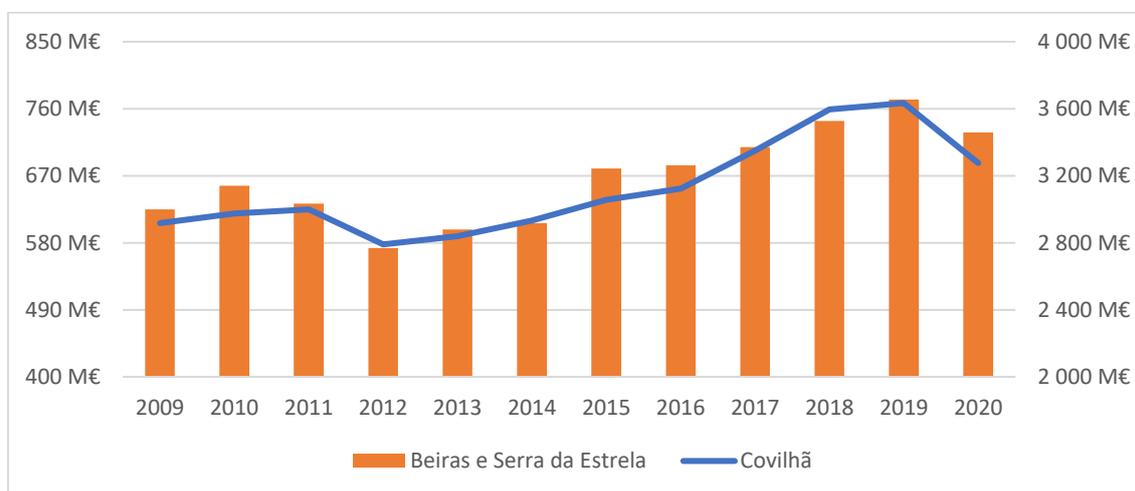


Figura 16. Evolução do volume de negócios das empresas na Covilhã e na NUT Beiras e Serra da Estrela

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Em 2020, os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), identificavam um **total de 7126 trabalhadores por conta de outrem (TCO)** no Município da Covilhã. Mostravam ainda uma **distribuição do emprego por**

setor de atividade económica, em 2020, muito aproximada à observada no País (Figura 17). Nesta data, o peso do setor primário no Município era residual (1,4%), existindo uma forte **terciarização do emprego**, na medida em que 64,9% dos TCO estava empregado nos serviços. A indústria, construção, energia e água empregavam 33,7% da população empregada por conta de outrem, uma proporção que, sendo relevante, fica aquém da registada na Região Centro.

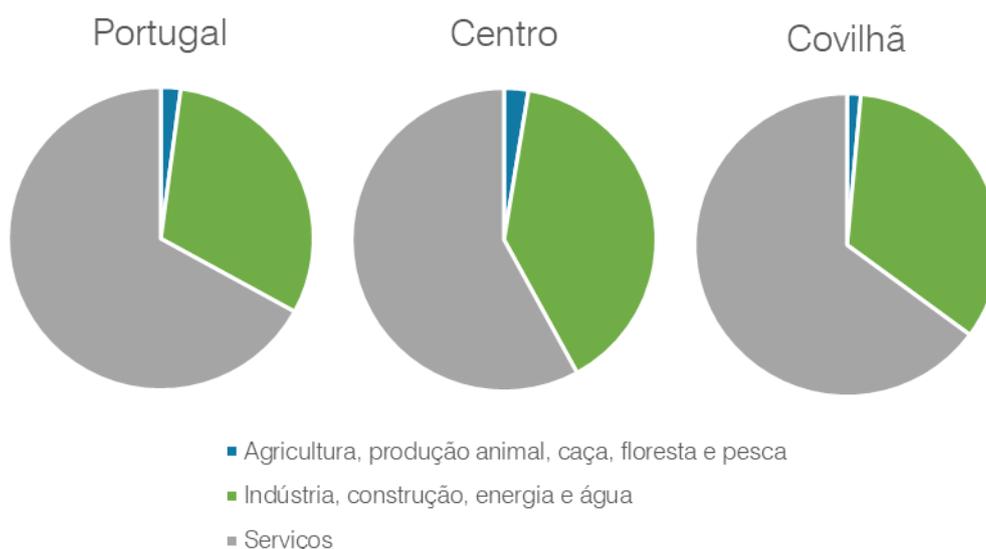


Figura 17. População empregada por conta de outrem por sector de atividade (%), em 2020

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Na caracterização do mercado de trabalho, destaca-se ainda um **aumento da escolaridade da população empregada por conta de outrem** no Município da Covilhã, em linha com a análise realizada para a escolaridade da população residente (Tabela 8). Em 2020, **quase um quarto dos TCO no Município possuía um título de ensino superior**. Este valor superou ligeiramente a média nacional (o que não acontecia 5 anos antes), e é francamente mais favorável do que o registado para a região e para a sub-região.

Tabela 9. Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%), em 2015 e 2020

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

	2015	2020
	%	%
Portugal	20,3	24,2

Centro	16,2	19,2
Beiras e Serra da Estrela	16,3	20,3
Covilhã	19,5	24,6

Outra característica do mercado de trabalho no Município é uma **maior concentração de emprego em estabelecimentos com maior dimensão**, comparativamente ao que ocorre na região e na sub-região, em linha com a proporção observada no país. No Município da Covilhã, em 2020, 32% dos TCO estavam empregados em estabelecimentos com mais de 250 trabalhadores (Tabela 9).

Tabela 10. Proporção da população empregada por conta de outrem por dimensão dos estabelecimentos, em 2020

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

	Com menos de 10 trabalhadores	Com mais de 250 trabalhadores
	%	%
Portugal	20,1	30,5
Centro	22,0	23,7
Beiras e Serra da Estrela	27,2	23,6
Covilhã	22,6	32,0

Acrescente-se que o **mercado de trabalho no Município apresenta alguma atratividade**. Em 2020, no Município da Covilhã, a taxa de atração líquida da população empregada por conta de outrem, publicada pelo INE⁶, foi de 0,3%, superior à observada na região Centro (0,1%). Este indicador tinha sido, em 2018 de -0,1% e, no ano de 2019, de -2,1%.

Genericamente, o desemprego mostra uma tendência de forte descida desde 2013, sendo, tendencialmente, a proporção de desempregados por 100 habitantes com 15 ou

⁶ traduz o quociente entre a diferença entre os fluxos de entrada e de saída de trabalhadores por conta de outrem e o número médio de trabalhadores por conta de outrem.

mais anos cerca de um ponto percentual inferior na Região Centro, face à média nacional. Neste quadro, o concelho da Covilhã, que desde 2011 apresenta **valores intermédios sempre inferiores aos do País**, tende a oscilar entre a NUTS II e III, transpondo ocasionalmente estas duas fronteiras (Figura 18).

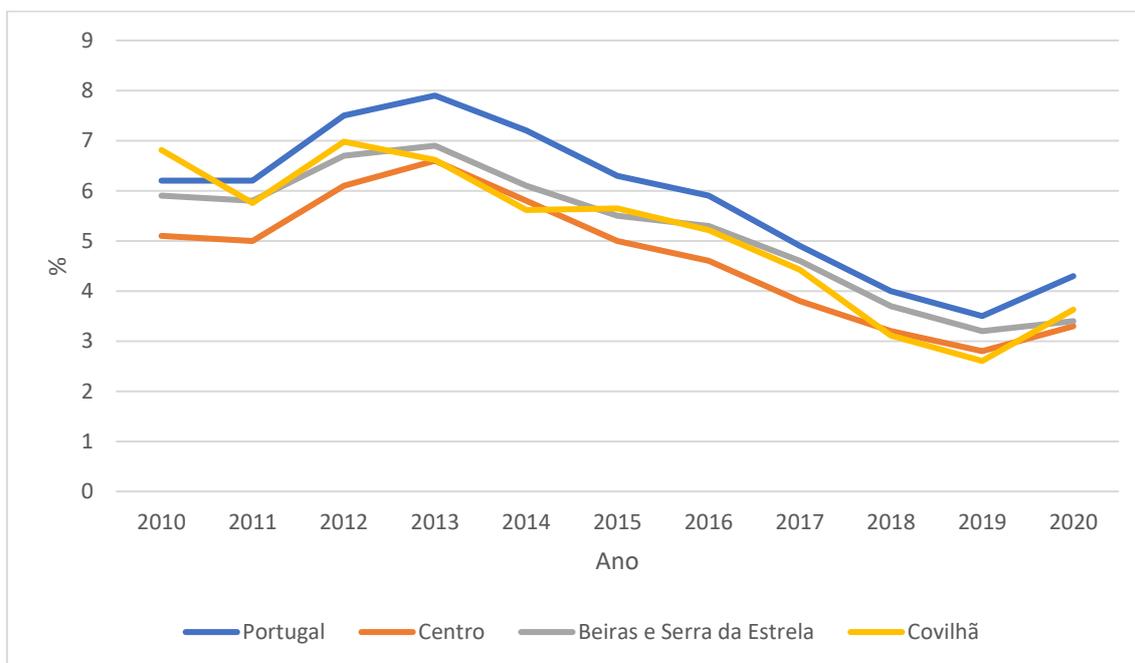


Figura 18. Desemprego registado por 100 habitantes com 15 ou mais anos de idade (%)

Fonte: INE, Instituto do Emprego e Formação

Não obstante, os dados de desemprego do IEFP, desagregados por Município, revelam que **em janeiro de 2022 estavam registados na Covilhã um total de 1369 desempregados** (menos 20 do que nos mês homónimo de 2020), dos quais 718 eram mulheres. Entre o total de desempregados, 624 estavam inscritos no centro de emprego há mais de 1 ano, e 188 eram jovens que procuravam o primeiro emprego.

Apesar da análise globalmente positiva às empresas e características do emprego, **os níveis de rendimento no Município são menos favoráveis**. O **ganho médio mensal dos TCO na Covilhã (1028€)** é apenas ligeiramente superior ao da NUT Beiras e Serra de Estrela (1013€) e **marcadamente inferior aos valores médios de Portugal (1247€)** e da Região Centro (1104€). A tendência de crescimento, embora significativa, é idêntica à verificada na região e em Portugal, mantendo-se, portanto, estas desigualdades salariais (Figura 19).

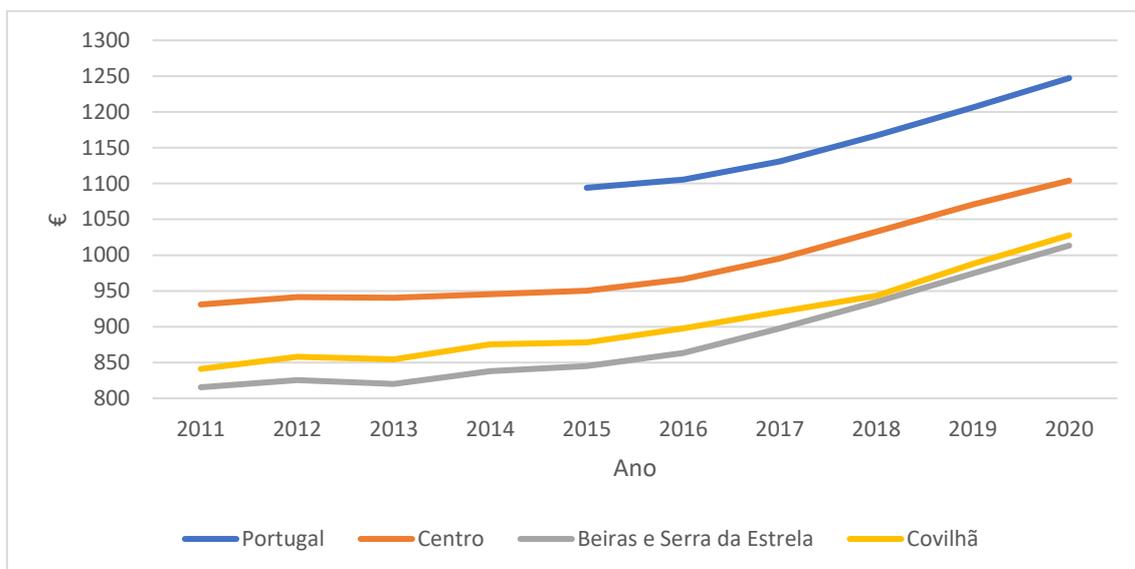


Figura 19. Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, entre 2011 e 2020

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal (anual)

A análise ao rendimento bruto declarado por habitante e por agregado fiscal apresenta tendências semelhantes à efetuada para o ganho médio mensal dos TCO, sendo os valores registados no Município (respetivamente 8.836€ e 17.231€), superior ao da sub-região (8.142€ e 16.637€), embora ainda muito inferior dos valores médios em Portugal (9.807€ e 19.065€) e também na Região Centro (9.103€ e 18.080€) (Figura 20)

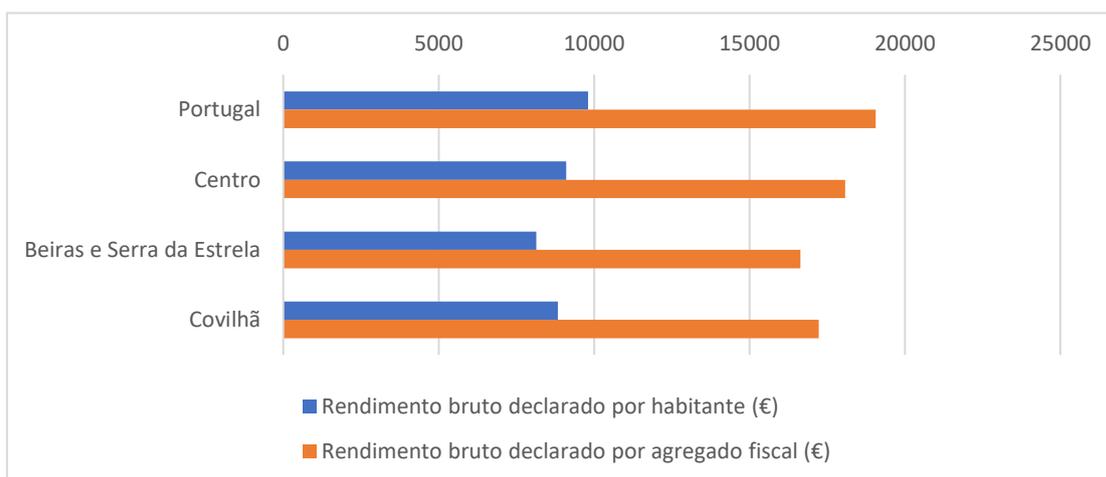


Figura 20. Rendimento bruto declarado por habitante e agregado fiscal (€) em 2020

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação do Ministério das Finanças

Considerando o poder de compra *per capita*, um indicador composto que permite avaliar sobre a qualidade de vida da população residente, tendo por base referência o valor nacional (equivalente a 100), constata-se, mais uma vez, esta relação. O poder de

compra per capita registado no Município, em 2019, foi 86,6, o que lhe confere uma posição situada entre a Região Centro (88,7), da qual se aproxima, e a sub-região Beiras e Serra de Estrela (79,3). Esta relação, e o distanciamento relativamente à referência nacional, mantiveram-se, sem variações significativas, ao longo de todo o período analisado (Figura 21).

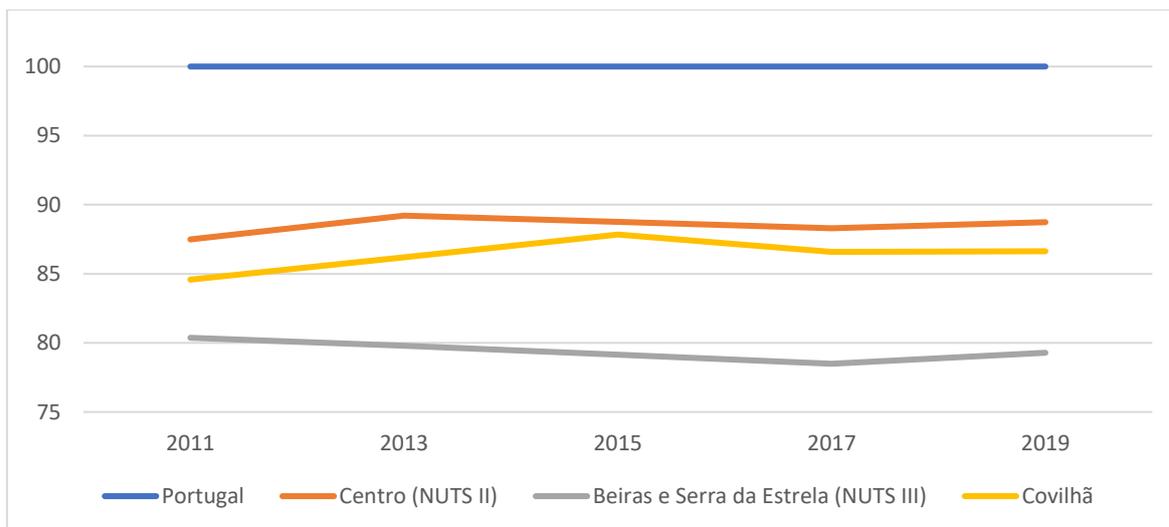


Figura 21. Poder de compra per capita entre 2011 e 2019

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

População Carenciada

A população mais carenciada residente no Município da Covilhã apresenta-se, como noutras geografias, como um grupo heterogéneo, afetado por problemas diversos, que carecem de uma abordagem integrada para a sua plena resolução.

O Município encontra-se envolvido num elevado número de iniciativas, projetos e apoios ao nível da ação social, que são determinantes para uma abordagem integrada dos problemas sociais e para o acompanhamento das famílias mais carenciadas.

Pessoas que beneficiam de uma Pensão

Em 2020, 18.476 residentes no Município da Covilhã eram pessoas beneficiárias de uma pensão, representando cerca de 40% da população residente. O valor médio anual era de 4.796 €, o que corresponde a 400 € mensais, mantendo a mesma relação com as

restantes escalas territoriais (superior ao da NUT III, inferior ao da Região Centro e, sobretudo, ao nacional). Refletindo a presença de uma estrutura demográfica envelhecida e indícios de frequentes dificuldades financeiras, as pensões de velhice assumiam grande representatividade, apresentando um valor médio anual de 5.426€ (452 € mensais).

Tabela 11. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social (pensões), em 2020

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2020

	Pensões de Invalidez		Pensões de Velhice		Pensões de Sobrevivência		Total	
	Nº de Pessoas Benef.	Valor médio anual	Nº de Pessoas Benef.	Valor médio anual	Nº de Pessoas Benef.	Valor médio anual	Nº de Pessoas Benef.	Valor médio anual
	N.º	€	N.º	€	N.º	€	N.º	€
Portugal	172.836	5.617	2.001.710	6.672	694.946	3.433	2.869.492	5.811
Centro	41.174	5.633	479.611	5.807	168.084	3.086	688.869	5.121
Beiras e Serra da Estrela	3.591	4.871	54.634	4.972	19.385	2.766	77.610	4.408
Covilhã	869	4.974	13.175	5.426	4.432	2.934	18.476	4.796

Nota: Inclui apenas os pensionistas ativos em 31 de dezembro (não inclui os pensionistas suspensos).

Pessoas que beneficiam do Rendimento Social de Inserção

Ao longo da última década, o número de pessoas beneficiárias de RSI no Município tem vindo progressivamente a descer, passando de 1675, em 2012, para 1198, em 2020, o que representa uma redução de 28% neste período (Figura 22). Esta evolução, todavia, acompanhou a tendência geral, observada em Portugal, assim como na região e sub-região onde a Covilhã se integra, tendo nestes três níveis ainda mais acentuada a redução no número de pessoas beneficiárias (respetivamente, -42%, -38% e -30%).

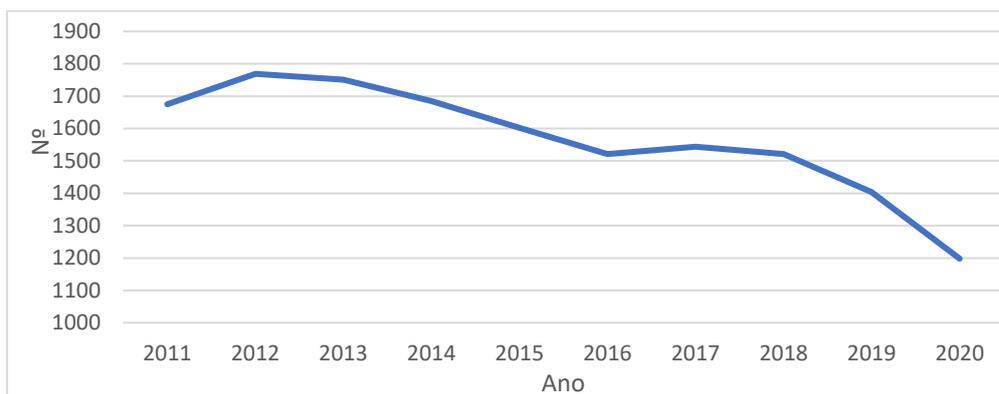


Figura 22. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º)

Fonte: INE (Instituto de Informática)

Desagregando os dados por freguesias, emerge alguma heterogeneidade, estando a maioria dos beneficiários concentrada (tal como o total de população) em torno da Grande Covilhã, com maior destaque para Tortosendo. Também Verdelhos e Peraboa apresentam percentagens relevantes. Por seu turno, a freguesia de Vale Formoso e Aldeia do Souto é aquela que apresenta um maior peso percentual de pessoas beneficiárias face à população residente (Figura 23).

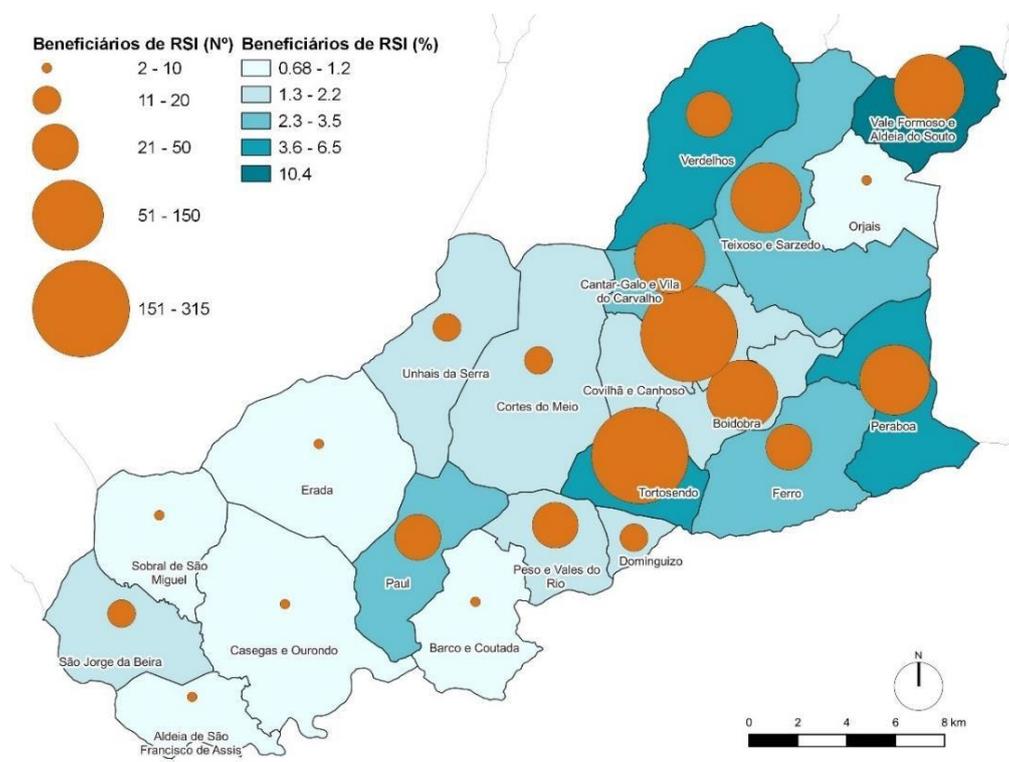


Figura 23. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção em número absoluto e peso percentual face à população residente, por freguesia na Covilhã

Fonte: Câmara Municipal da Covilhã

Pessoas das Comunidades Ciganas

Entre a população carenciada existem situações e comunidades com especificidades próprias, que configuram situações de especial vulnerabilidade. Enfrentam contextos sociais mais complexos. Encontram-se nesta situação as comunidades ciganas, que pelas diferenças culturais, sistema de valores e modo de vida face à comunidade maioritária, são frequentemente alvo de um quadro de discriminação e preconceito persistentes que potenciam fenómenos de exclusão social.

A população cigana, representa, segundo dados recolhidos pelo Município da Covilhã para a memória descritiva do projeto Tecer a DiverCidade, cerca de 1% da população residente. Esta fonte identifica um total de 428 pessoas de etnia cigana residentes no Município, 187 das quais, representando 43,7% das pessoas de etnia cigana residentes no concelho, vivem em bairros sociais situados nas localidades satélite da cidade da Covilhã, nomeadamente no Bairro do Cabeço e Bairro do Largo da Feira, localizados na freguesia de Tortosendo (128 pessoas, 44 famílias), no Bairro da Alâmpada, localizado na freguesia de Boidobra (38 pessoas, 10 famílias), e no Bairro das Nogueiras, localizado na freguesia de Teixoso (21 pessoas, 4 famílias) (Tabela 11).

Tabela 12. População de etnia cigana residente em bairros sociais, por freguesia

Fonte: CMC, Memória Descritiva do projeto Tecer a DiverCidade

	Boidobra	Tortosendo	Teixoso	Total
Bairros social	Bº da Alâmpada	Bº do Cabeço e Bº do Largo da Feira	Bº das Nogueiras	-
Pessoas ciganas	38	128	21	187
Agregados familiares das comunidades ciganas	10	44	4	58
Total de agregados familiares residentes	192	184	135	511

Os problemas de pobreza e de vulnerabilidade social que afetam a comunidade cigana, embora partilhados com a maioria dos habitantes dos bairros municipais, tornam-se evidentes se atendermos que, embora as pessoas ciganas representem apenas 1% do total de residentes no Município, correspondem a 27,5% dos 868 beneficiários de RSI do

concelho. Estas problemáticas sociais cruzam várias dimensões, situações de pobreza, por vezes extrema, uma reduzida valorização da escola e elevadas taxas de insucesso e absentismo escolar⁷, taxas expressivas de desemprego e desocupação, assim como uma forte discriminação e reduzida participação cívica, que dificultam a emergência de percursos de mobilidade ascendente.

Pessoas Idosas

Um dos problemas identificados no último Diagnóstico Social, prendia-se com a população idosa residente em habitações degradadas e com barreiras arquitetónicas, questões que, por vezes, se cruzam com problemáticas de isolamento social. Atendendo às dinâmicas demográficas expostas de acentuado e crescente envelhecimento populacional, ainda que o Município e os seus parceiros tenham procurado, desde então, desenvolver esforços no sentido de mitigar estes problemas, esta continua a ser uma população que se destaca pela sua vulnerabilidade e importância na estrutura etária.

As dificuldades habitacionais desta população, incluem-se também, em larga medida, no espectro de carências e respostas pelo Programa 1º Direito, integrando-se (ou sendo passíveis de integração) na ELH, cruzando frequentemente situações de inadequação, resultantes da existência de barreiras arquitetónicas e de uma reduzida acessibilidade, com situações de insalubridade, insegurança estrutural e inexistência de conforto térmico das habitações. Não obstante, sendo população idosa, muitas vezes isolada (tabela 12), outras com problemas de saúde e ou algum nível de dependência associada, outras questões complementares terão obrigatoriamente de ser tidas em consideração. As respostas habitacionais terão necessariamente de ser cruzadas com respostas sociais, que permitam uma maior independência e bem-estar.

⁷ Estamos perante uma população muito jovem, em que 35% dos residentes de etnia cigana em habitação social, são crianças e jovens com menos de 18 anos.

Tabela 13. Idosos Isolados em acompanhamento GNR e PSP

Fonte: GNR e PSP

FREGUESIA	NÚMERO DE IDOSOS
Aldeia de São Francisco de Assis	9
Boidobra	8
Cortes do Meio	12
Dominguizo	2
Erada	17
Ferro	35
Orjais	25
Paul	4
Peraboa	12
Sobral de São Miguel	19
Tortosendo	9
Unhais da Serra	15
União de Freguesia Peso e Vales do Rio	23
União de Freguesias Aldeia do Souto e Vale Formoso	7
União de Freguesias Barco e Coutada	12
União de Freguesias Cantar Galo e Vila do Carvalho	25
União de Freguesias Casegas e Ourondo	9
União de Freguesias Covilhã e Canhoso	115
União Freguesias Teixoso e Sarzedo	22
Verdelhos	7
	387

Crianças e Jovens em Risco

De acordo com a Lei nº 147/99, de 1 de setembro - Texto aprovado pela Lei nº 142/2015 de 8 de setembro que introduziu a 2ª alteração à LPCJP, a comissão de proteção de crianças e jovens é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A intervenção das comissões de proteção das crianças e jovens depende do consentimento expresso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso. As sinalizações de crianças e jovens em situações de perigo é analisada em sede da Comissão Restrita, que reúne semanalmente e encontra-se representada pelas Entidades: Câmara Municipal da Covilhã; Segurança Social;

Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Técnicos cooptados com habilitações em serviço social e direito.

A Comissão Alargada reúne mensalmente para definir linhas estratégicas de promoção e proteção das Crianças e Jovens em Risco do Concelho da Covilhã. Encontra-se representada pelas entidades: Câmara Municipal da Covilhã; Segurança Social; Ministério de Educação; Instituição Particular de Solidariedade Social; IEFP; Instituição Particular de Solidariedade Social de carácter residencial destinada a crianças e jovens; Associação de Pais; Associação de Jovens ou representante dos serviços de juventude; IPDJ; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; quatro representantes da Assembleia Municipal; Técnicos cooptados com habilitações em serviço social e direito; Ministério Público; Ministério da Saúde.

Tabela 14. Nº de processos 2022

Fonte: CPCJ Covilhã

Crianças e Jovens em Risco - 2022				
N.º Processos transitados	N.º Processos abertos	N.º Processos reabertos	N.º Processos recebidos de outras CPCJ's	N.º total de processos
150	137	39	3	329

Tabela 15. Problemáticas mais sinalizadas no ano de 2022

Fonte: CPCJ Covilhã

Problemáticas verificadas no ano de 2022 na CPCJ da Covilhã	
N.º Processos Sinalizados	Motivo/Problemática
72	Violência Doméstica
20	Negligência Grave
19	Comportamentos graves anti disciplina
15	Absentismo Escolar
15	Bullying

Tabela 16. Principais problemáticas acompanhadas no ano de 2022

Fonte: CPCJ Covilhã

Principais Problemáticas acompanhadas no ano de 2022 na CPCJ da Covilhã	
N.º Processos acompanhados	Motivo/Problemática
129	Violência Doméstica
37	Comportamentos graves antissociais
31	Negligência Grave
29	Absentismo Escolar

Pessoas Portadoras de Deficiência e/ou Incapacidade

Os Censos 2021 recolheram dados sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sem ajuda, compreender os outros ou fazer-se compreender.

Em 2021, residiam em Portugal 1 085 472 pessoas com 5 ou mais anos com pelo menos uma incapacidade na realização dos seis tipos de atividades abrangidas, devido a problemas de saúde, o que representa 10,9% da população residente com 5 ou mais anos (9 935 472).

Tabela 17. Distribuição da População com 5 ou mais anos, total, com incapacidade e para os 4 domínios essenciais da funcionalidade

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censos 2021. O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidades. Lisboa: INE, 2022

NUTS I, II, III Município	População residente com 5 ou mais anos		População residente com 5 ou mais anos com incapacidade		Tipo de funcionalidade (domínios essenciais)							
					Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	9 935 472	100	1 085 472	100	352 129	100	281 815	100	607 135	100	340 187	100
Continente	9 468 118	95,3	1 035 071	95,4	334 709	95,1	269 997	95,8	579 282	95,4	324 830	95,5
Centro	2 147 681	21,6	263 994	24,3	81 820	23,2	71 562	25,4	152 472	25,1	84 386	24,8
Beiras e Serra da Estrela	204 523	2,1	28 336	2,6	9 163	2,6	8 413	3,0	15 875	2,6	8 961	2,6
Covilhã	45 016	0,5	5 848	0,5	2 057	0,6	1 794	0,6	3 178	0,5	1 727	0,5

Tabela 18. Capacidade por Valência - APPACDM da Covilhã

Fonte: CMC

Instituição	Nº utentes Lar Residencial Capacidade	Nº utentes Lar Residencial	Nº utentes em Residência de Autonomização e Inclusão Capacidade	Nº utentes em Residência de Autonomização e Inclusão	Nº utentes em CAO ⁸ Capacidade	Nº utentes em CAO
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental	24	24	5	5	60	60

De acordo com o mesmo recenseamento, em 2021, o território da Covilhã em particular, registava 5 848 pessoas com pelo menos uma dificuldade na realização de atividades/funções.

Vítimas de Violência Doméstica

O Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da CooLabora, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, apoiou 149 (134M+15H) novas situações de violência doméstica nas vertentes de apoio psicológico, informação jurídica e encaminhamento social (Tabela 18).

Tabela 19. N.º de casos de Violência doméstica por sexo

Fonte: Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

	N.º de Novos Casos	
	Mulher	Homem
Total	134	15

Neste período, manteve-se o acompanhamento continuado a 143 vítimas de anos anteriores (137M+6H). Pelo que, contabilizando processos novos e vítimas em acompanhamento continuado de anos transatos, registou-se um total de 292 vítimas atendidas (271M+21H).

⁸ Centro de Atividades Ocupacionais.

Ao nível dos atendimentos, i.e., número de sessões realizadas com vítimas de violência doméstica – novos casos e vítimas em acompanhamento continuado, no período em análise, registou-se um total de 713 atendimentos presenciais (665M+48H) e de 1385 atendimentos não presenciais (1333M+52H) (Tabela 19).

Tabela 20. N.º de atendimentos por sexo

Fonte: Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

	N.º de atendimento presenciais		N.º de atendimentos telefónicos	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Total	665	48	1333	52

Das vítimas atendidas, 92,8% são do sexo feminino; a faixa etária predominante é a dos 36 aos 55 anos, com 46,9% das vítimas neste grupo etário, sendo importante destacar um aumento do acompanhamento a vítimas idosas (mais de 66 anos) que representam 15.5% das pessoas acompanhadas.

Em 36% das situações de violência doméstica registadas, as vítimas tinham filhos/as menores a cargo e em 31,8% existia co-habitação com a pessoa agressora.

Ao nível da tipologia da violência, 43,5% dos agressores/as tem uma relação amorosa/conjugalidade já terminada com a vítima; em 35,8% mantinham relação afetiva/conjugalidade com a vítima); em 71,2% das situações existia violência física; e a psicológica estava presente em 99,6% dos casos.

Tabela 21. Faixa etária das vítimas por sexo

Fonte: Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Faixa Etária	Faixa Etária	
	Vítimas Mulheres	Vítimas Homens
<18	9	3
18-25	30	6
26-35	28	4
36-45	62	2
46-55	65	0
56-65	35	1
>66	42	5
Total	271	21

Tabela 22. Vítimas com filhos a cargo

Fonte: Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Com filhos/as menores a cargo		
	Vítimas Mulheres	Vítimas Homens
Com filhos/as menores a cargo	104	1
Sem filhos/as menores a cargo	167	20
Total	271	21

Tabela 23. Co-habitação com a pessoa agressora

Fonte: Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Co-habitação com a pessoa agressora		
	Vítimas Mulheres	Vítimas Homens
Com Co-habitação	88	5
Sem Co-habitação	183	16
Total	271	21

Tabela 24. Tipologia da violência

Fonte: Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Tipologia da Violência		
	Vítimas Mulheres	Vítimas Homens
Física	1	0
Física e psicológica	168	13
Física, psicológica e sexual	19	1
Física, psicológica e financeira	4	1
Física, psicológica, financeira e sexual	1	0
Psicológica	60	6
Psicológica e financeira	2	0
Psicológica e sexual	16	0
Total	271	21

Tabela 25. Tipologia de encaminhamento

Fonte: Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Tipologia de encaminhamento	
Forças de Segurança (GNR e PSP)	110
Amigos/as; Famílias; Iniciativa própria	49
Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira	30
Serviços Sociais	37
Ministério Público/Tribunal	23
ACeS Cova da Beira	7
Serviços de Educação/Formação	15
Outra (RNAVVD, IEFP, DGRSP, redes sociais, CPCJ, CRI, Internet, Meios de Comunicação Social)	21
Total	292

Equipamentos e Respostas Sociais

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas | Serviço de Apoio Domiciliário | Centro de Dia

Na análise das estruturas residenciais para a população idosa (ERPI), a mesma representa uma solução para casos em que a manutenção da autonomia residencial, com qualidade, deixou de ser possível.

No Município, existe uma oferta com alguma capacidade, com uma distribuição que abarca a maioria das freguesias, embora se concentre nas áreas mais urbanas (onde, aliás, também é maior a concentração de população). No total, esta oferta tem capacidade para 905 pessoas (tabela 25).

Tabela 26. N.º de Utentes por Resposta Social - IPSS, dezembro de 2022

Fonte: CMC

INSTITUIÇÃO	Nº UTENTES ERPI Capacidade	Nº UTENTES ERPI	Nº UTENTES EM SAD Capacidade	Nº UTENTES EM SAD	Nº UTENTES EM CD Capacidade	Nº UTENTES EM CD	Nº GLOBAL UTENTES NA INSTITUIÇÃO
Lar de São José	126	117	60	42			159
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	120	120					120
Associação Socorros Mútuos - Mutualista Covilhanense: Centro Comunitário Apoio ao Idoso	40	40	60	60	36	20	120
Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	55	55	38	28	22	15	98
Fundação Anita Pina Calado	52	52	10	9	40	26	87
Centro Social Nossa Senhora da Conceição	21	21	30	22	40	26	69
Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	31	31	31	20	20	18	69
Centro Comunitário Multisserviços das Minas da Panasqueira	55	52	15	16			68
Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	54	43	10	8	30	15	66
Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	25	25	14	14	15	15	54
Associação Regional Solidariedade e Progresso Alto Zêzere (ARPAZ)	27	27	20	20	20	13	60
Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	27	27	19	19	20	7	53
Centro Social e Cultural de Verdelhos	35	35	8	8	35	7	50
Centro Social Divino Espírito Santo	30	30	28	19	14	7	56
Centro Social Comunitário do Peso	21	21	25	17	35	13	51
Associação Solidariedade Social Sobral de S. Miguel	25	24	15	15	25	7	46
Centro Social e Cultural de Casegas	12	19	10	10	20	5	34
Centro de Assistência Social do Dominguizo	24	24	16	16	2	2	42
Centro Social Vales do Rio	13	13	33	19	22	11	43
Instituto Apoio Social do Ourondo	17	17	30	12	25	6	35
Centro de Apoio a Crianças e Idosos de Cortes	20	20	23	17	20	4	41
Centro Social Paroquial Aldeia São Francisco Assis			27	19			19
Centro de Dia de Orjais			10	10	15	15	25
Centro Social da Coutada			20	20	30	10	30
Centro de Dia de Vale Formoso			25	12	25		12
AAPE - Associação de Apoio à População Eradense			30	20			20
Centro de Dia para Idosos do Sarzedo			15	9	6	4	13

Creches | Jardins de Infância – IPSS

A resposta social de CRECHE e as valências existentes no Concelho, enquadradas por vários acordos com o Instituto da Segurança Social – ISS e Rede Pública do Ministério da Educação, afiguram-se do seguinte modo:

Tabela 27. Capacidade Creche e Pré-Escolar - IPSS do Concelho

Fonte: CMC

INSTITUIÇÃO	Nº UTENTES EM CRECHE Capacidade	Nº UTENTES EM CRECHE	Nº UTENTES EM PRÉ-ESCOLAR Capacidade	Nº UTENTES EM PRÉ-ESCOLAR	Nº UTENTES CAT Capacidade	Nº UTENTES EM CAT
Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	30	30	40	32		
Casa Menino Jesus	42	42	50	38	37	23
Centro de Apoio a Crianças e Idosos de Cortes	20	12				
Centro Social e Cultural de Santo Aleixo Unhais da Serra	15	15				
Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	16	16	25	21		
Centro Social Jesus Maria José	30	30			14	14
Centro de Assistência Social do Tortosendo	60	62	67	58		
Fundação Imaculada Conceição	45	45	80	80		
Instituto da Segurança Social - ISS, IP - Capuchinho Vermelho	35	35	50	24		
Instituto da Segurança Social - ISS, IP Infantário "O Meu Cantinho"	45	44	60	45		
Abrigo dos Pequenininos de Nossa Senhora da Conceição	36	36	40	36		
Obra de Santa Zita	60	60	50	46		
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã - Infantário "Mundo da Fantasia"	60	71	75	57		
Sentimentos Gratuitos, Lda. - Creche Saudável	34	34				

Jardins de Infância – Rede Pública

Tabela 28. Frequência Jardins de infância da Rede Pública

Fonte: Carta Educativa da Covilhã 2021/2022

Estabelecimento de Ensino	Frequência 2021-2022
Jardim de Infância Barroca Grande	7
Jardim de Infância Boidobra	25
Jardim de Infância Cantar Galo	18
Jardim de Infância Vila do Carvalho	13
Jardim de Infância Cortes do Meio	12
Jardim de Infância Coutada	2
Jardim de Infância A Lã e a Neve	12
Jardim de Infância Canhoso	49
Jardim de Infância Penedos Altos	50
Jardim de Infância Refúgio	20
Jardim de Infância Rodrigo	50
Jardim de Infância S. Silvestre	22
Jardim de Infância Sto. António	25
Jardim de Infância Dominguiso	25
Jardim de Infância Orjais	3
Jardim de Infância Paúl	14
Jardim de Infância Peraboia	7
Jardim de Infância Peso	17
Jardim de Infância Vales do Rio	9
Jardim de Infância S. Jorge da Beira	1
Jardim de Infância Teixoso	23
Jardim de Infância Os Loureiros	8
Jardim de Infância Ovo Mágico	17
Jardim de Infância Unhais da Serra	12
Jardim de Infância Vale Formoso	4
Jardim de Infância Verdelhos	5

Habitação

A política nacional de habitação, e a garantia do direito de acesso universal à habitação que lhe está subjacente, têm sido fortalecidas, desde que, em 2015, foi elaborada a Estratégia Nacional para a Habitação (ENH)⁹. Alguns passos decisivos foram a aprovação da NGPH, em 2018, e dos instrumentos de atuação que lhe estão associados ou, mais recentemente, a aprovação da LBH, que além da CMH e de diversas outras medidas, criou a Programa Nacional de Habitação (PNH). Aprovado em Conselho de Ministros em 3 de novembro de 2022, o PNH, que possui o horizonte temporal 2022-2026, revoga a ENH e congrega o quadro de políticas para o setor da habitação, identificando as principais carências, instrumentos e objetivos para a sua progressiva eliminação.

O reconhecimento público e político da existência de múltiplos problemas no acesso à habitação por parte de muitas pessoas e famílias, e da conseqüente necessidade de desenvolver políticas públicas de habitação que respondam aos vários constrangimentos, é apenas o primeiro passo para uma reforma estrutural para o setor, envolvendo os diferentes níveis da administração pública, que será necessariamente longa, mas indispensável.

Neste processo, o papel dos municípios, que como no caso da Covilhã possuem já várias respostas habitacionais e sociais, quer em termos de parque habitacional, quer ao nível de iniciativas ou programas de apoios, tendencialmente dirigidos para as famílias em maior situação de carência, tem sido igualmente reforçado. Neste processo é reconhecido o papel imprescindível das autarquias locais em matéria de habitação, tendo presente a sua relação de proximidade com as comunidades e a perceção mais objetiva e precisa das problemáticas sociais e das carências habitacionais existentes, o que possibilita também o desenvolvimento de respostas mais eficazes às necessidades identificadas.

Este reforço de responsabilidades materializa-se ao nível da criação de novos instrumentos de política municipal em matéria de habitação, como a CMH ou a ELH, mas também na atribuição de novas competências, entre as quais as que decorrem do

⁹ Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 48/2015, de 15 de julho

processo em curso de descentralização de competências da administração central para as autarquias locais. Com efeito, com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do DL n.º 105/2018, de 29 de novembro, os municípios viram reforçadas as suas responsabilidades em matéria de habitação, com a transferência para os órgãos municipais das seguintes competências: (i) a gestão dos programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana; (ii) a gestão dos imóveis de habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja titularidade é também transferida para os municípios.

Ao longo dos anos, o Município da Covilhã tem desenvolvido esforços no sentido da concretização de políticas locais de âmbito social ou de reabilitação urbana, que estabelecem uma relação, mais ou menos direta, com o domínio da habitação. No âmbito social, o Município tem desenvolvido uma intervenção dirigida para a população residente economicamente mais carenciada e socialmente vulnerável, que, além da gestão da habitação de propriedade pública municipal, inclui programas e iniciativas, da responsabilidade exclusiva do Município ou desenvolvidas em parceria, que concedem apoios e acompanhamento destas famílias.

No âmbito da reabilitação urbana, destacam-se iniciativas como a delimitação de ARU e, integrados no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), o desenvolvimento do Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) e do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), que, respetivamente, permitiram enquadrar o acesso a financiamento comunitário de projetos com reflexo na qualificação do ambiente urbano e resposta às comunidades desfavorecidas.

Atualmente, na sequência das orientações nacionais e das oportunidades de acesso a financiamento criadas pelo Programa 1º Direito, a resposta habitacional mais direta, desenvolvida localmente pelo Município, para as famílias residentes em situação de carência financeira e habitacional encontra-se expressa na sua ELH.

Segundo a ELH a maioria das situações de carência habitacional e financeira identificadas localizam-se nas freguesias com maior concentração de população, nomeadamente na UF da Covilhã e Canhoso (37,6%) e na freguesia de Tortosendo (21,7%), seguindo-se Boidobra e UF de Teixoso e Sarzedo (cada uma com 11,8%). Além

destas freguesias, destacam-se ainda a UF de Casegas e Ourondo, e a freguesia de Verdelhos, onde as situações identificadas assumem alguma representatividade entre a população residente (mais de 1,5%), sobretudo devido ao reduzido número de famílias aí residentes. (Figura 24)

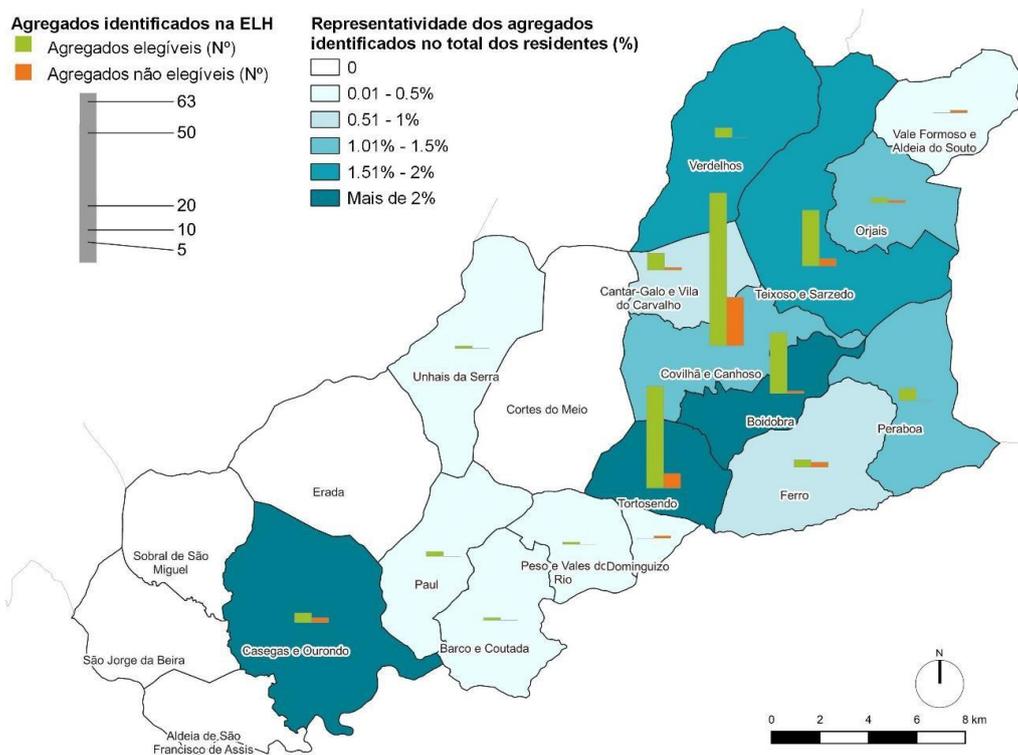


Figura 24. Distribuição dos agregados em carência habitacional sinalizados na ELH da Covilhã, em 2020

Fonte: ELH do Município da Covilhã, 2021

Habitação Social

De acordo com a informação dos serviços municipais, nos anos mais recentes, a apresentação de pedidos de acesso a habitação social registou um aumento e o perfil das famílias que procuram os serviços municipais para este fim tem-se diversificado, surgindo mais situações de estrangeiros, já licenciados ou estudantes na UBI, envolvidos em processos de reunificação familiar, assim como de pessoas empregadas, que auferindo salários reduzidos, não conseguem aceder e manter uma habitação no mercado livre.

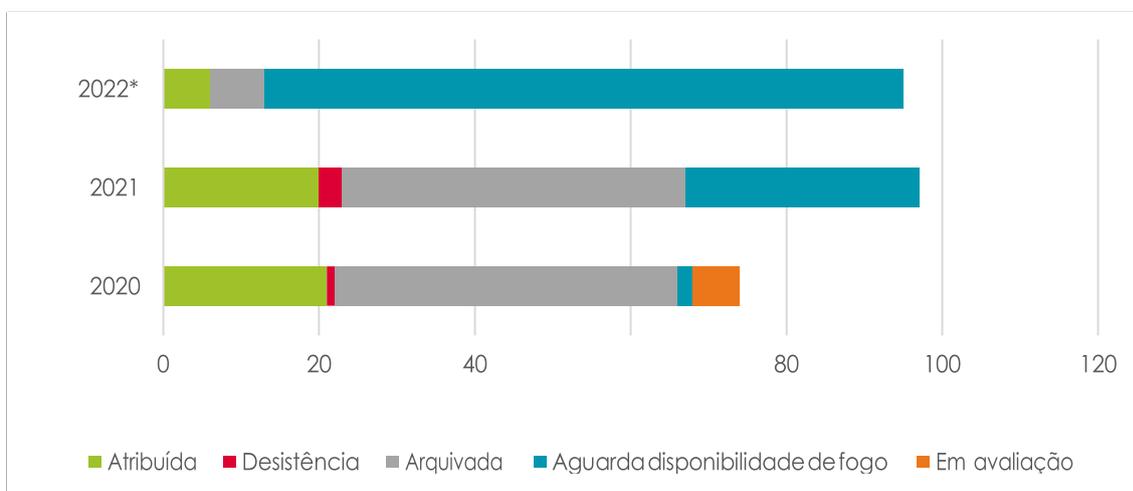
Em 2020, o Município recebeu 74 novos pedidos de habitação social, no ano seguinte outros 97, e em 2022, até 31 de outubro, foram registadas 95 novas candidaturas. Deste modo, em apenas 10 meses, o número de candidaturas apresentadas em 2022 superou as apresentadas em 2020, sendo equiparado às apresentadas em 2021 (Tabela 29).

Tabela 29. Candidaturas a habitação social do Município apresentadas entre 2020 e 2022

Fonte: CMC, Divisão de Ação Social e Saúde Ano

Ano da apresentação da candidatura a habitação social	Total de pedidos
2020	74
2021	97
2022 (até 31 de outubro)	95

Até outubro de 2022, dos 266 pedidos dos últimos 3 anos, foram atribuídas 47 habitações (21 em 2020 e 20 em 2021), 4 famílias desistiram das suas candidaturas (1 em 2020 e 2 em 2021) e 95 foram arquivadas por não reunirem as condições exigidas (44 nos 2 primeiros anos e 7 em 2022). Permanecem ativas 120 candidaturas, das quais 6, apresentadas em 2020, estão em fase de avaliação.



Pedidos apresentados até 31 de outubro de 2022

Figura 25. Estado das Candidaturas à habitação social municipal na Covilhã em outubro de 2022

Fonte: CM Covilhã

Alojamento Urgente e/ou temporário

O Município da Covilhã, através da execução de programas e projetos de ação social de âmbito municipal, tem procurado promover medidas de combate à pobreza e exclusão

social, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, em especial dos grupos sociais economicamente mais vulneráveis.

Desde dezembro de 2013, que o Município disponibiliza uma habitação de emergência social, que visa possibilitar alojamento pontual e temporário, com carácter urgente e inadiável, a munícipes que vejam a sua habitação destruída ou gravemente afetada pela ocorrência anómala e imprevisível de um acidente grave ou catástrofe, assim como a vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, criando-se assim, mais um instrumento de concretização das atribuições do Município no domínio da Ação Social e do exercício das competências desta Câmara Municipal.

Projetos e Iniciativas de Intervenção Social - Concelho da Covilhã

Com vista à promoção de uma intervenção social integrada de base territorial, atuando ao nível das vulnerabilidades e aproveitando as potencialidades locais disponíveis, têm sido evidenciadas a procura de medidas, políticas, projetos de intervenção e programas municipais nas mais diversas áreas de cariz social. A estratégia desenvolvida visa combater as diferentes formas de exclusão social e atenuar as desigualdades sociais presentes no concelho da Covilhã, através de mecanismos e respostas de promoção de acesso a bens, serviços e equipamentos, dirigidos aos grupos sociais mais desfavorecidos.

Centro de Ativ'ldades

Inaugurado no dia 25 de outubro de 2014 e a funcionar desde o dia 27 desse mesmo mês, tem ao dispor dos utentes do Cartão Social Municipal um conjunto de espaços, como sendo: Sala de Leitura e Biblioteca, Sala de Informática e Formação, Cantinho dos Jogos, Salas para Ateliers diversos, ATL avós e netos e uma Sala Multiusos.

Apesar dos constrangimentos devido ao período pandémico, o Centro continuou a dinamizar várias atividades/ações/eventos. No entanto, verificou-se no ano de 2022, uma escassez de parcerias, tanto a nível das entidades parceiras como ao nível do voluntariado que se verificou, quase nulo. As iniciativas realizadas são gratuitas e a custos reduzidos para o Município que, para além do aluguer do espaço, tem contado apenas com a logística disponibilizada pelos serviços internos, tendo conseguido

proporcionar aos utentes uma viagem anual, palestras, rastreios, festas temáticas, passeios pedestres, workshops diversificados, aulas de aprendizagem de línguas diversas, aulas de dança e gerontomotricidade, aulas de artes manuais e pintura, aulas de informática, entre tantas outras iniciativas.

A criação do Gabinete de Apoio ao Utente Sénior tem como objetivo a procura de uma melhor resposta de apoio social, auxiliando os idosos no acesso aos diversos serviços públicos, tais como os fornecedores de serviços gerais (ex: correios, eletricidade e gás).

Desde a abertura do Centro de Atividades que se tem procurado, junto do comércio tradicional, a sensibilização para que sejam estabelecidas parcerias, no sentido de identificar e promover vantagens para os séniores. Neste âmbito, têm sido aplicados descontos a quem apresentar o Cartão Social Municipal, nas mais diversas áreas, desde serviços de saúde, aquisição de eletrodomésticos, agências de viagens, restauração, vestuário, cabeleireiros e estética, entre outros. Foram distribuídos os ‘selos’ de Loja Aderente, para melhor ajudar os utentes a identificar as entidades parceiras que facultam estes descontos aos portadores do Cartão Social Municipal.

No âmbito deste projeto orientado para os mais idosos, encontram-se ainda em vigor protocolos de colaboração com a Cáritas, LAPA – Liga Amigos Penedos Altos, CAFAP e ACAPO – Delegação de Castelo Branco, os quais visam a implementação de serviços e apoios, tendo em contrapartida, a cedência de espaço para o desenvolvimento de iniciativas de cariz social.

São ainda desenvolvidos outros projetos temáticos que visam o combate ao isolamento dos idosos e a promoção de um envelhecimento ativo e saudável, entre outros.

Encontro Covilhã Social

No seguimento da realização do 1º e 2º Encontros Covilhã Social, cujas temáticas versaram sobre “ Envelhecimento Ativo e Saudável” e “Saúde Pública e Desenvolvimento Social”, respetivamente, continua a ser intenção a realização do **3º Encontro COVILHÃ SOCIAL**, por se considerar pertinente a continuidade deste evento,

que tem colocado para reflexão e debate, matérias de importância social, que visam esclarecer e formar o tecido social do território.

Na sua próxima realização, a temática abordada poderá ir ao encontro de assuntos como a visão estratégica para o Plano de Recuperação e Resiliência nos investimentos ao nível das respostas sociais e liderança colaborativa em contextos sociais complexos.

Banco Local de Voluntariado da Covilhã

O Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de setembro, no artº 21, atribui ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) competências para a promoção, coordenação e qualificação do voluntariado. Nos termos do nº 1 do artº 23 e alínea u) do nº 1 do artº 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal da Covilhã reúne condições para ser entidade enquadradora de um Banco Local de Voluntariado.

Nesta perspetiva, pretende-se que o Banco Local de Voluntariado da Covilhã vise estimular a população do concelho da Covilhã para a participação cívica em projetos sociais, com os seguintes objetivos: promover a cidadania ativa, através do incentivo ao voluntariado; promover uma aprendizagem pessoal e coletiva, permitindo a autorrealização; promover a igualdade de oportunidades, a tolerância, o respeito mútuo, a solidariedade e a justiça; proporcionar que os indivíduos com iniciativas de voluntariado e entidades com interesse no voluntariado possam concretizar os respetivos projetos. O documento com as **Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado da Covilhã**, pretende reger o Banco Local de Voluntariado da Covilhã, iniciativa promovida pelo Município da Covilhã, no âmbito do Programa Rede Social, definindo as suas normas de funcionamento e as relações entre os intervenientes, ou seja, Município da Covilhã, os cidadãos voluntários e as organizações promotoras do voluntariado.

Dia Municipal do Envelhecimento Ativo

Sendo uma iniciativa com calendarização anual, tem como objetivos: contribuir para a qualidade de vida e para a diminuição do isolamento e da solidão da população sénior, através do seu bem-estar físico, promovendo a comodidade em termos materiais, a saúde, a higiene e a segurança, o incremento das relações interpessoais, quer seja com

os familiares, os vizinhos, os amigos e a participação na comunidade, mantendo um contato regular com o exterior e fomentando o trabalho intergeracional. Tem como aspiração o crescimento pessoal, dando oportunidade ao desenvolvimento intelectual e à autoexpressão, possibilitando a realização interior, o desenrolar de atividades de animação e recreativas, que se subdividem em socialização e entretenimento passivo e ativo. Neste processo e dado o universo da população a beneficiar, pretende-se o envolvimento e colaboração habitual das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) do concelho.

Estratégia Municipal para a Igualdade de Género

A valorização da temática da Igualdade do Género nas políticas públicas de âmbito local como princípio fundamental de boa governação, e a cooperação entre a administração Central e as Autarquias locais, nos domínios da integração da Igualdade de Género, da eliminação dos estereótipos e da promoção da cidadania são um fator de coesão social. De acordo com o Roteiro para a Igualdade entre homens e mulheres, e face ao Parecer do Comité para as Regiões da U.E., cabe às autarquias um papel fundamental na promoção da igualdade de género, dado que são elas que estão mais próximas dos cidadãos e das cidadãs e dos problemas que as/os afetam e, conseqüentemente, devem constituir um exemplo positivo de não discriminação, tendo em conta o seu papel e dimensão (enquanto entidade empregadora e prestadora de serviços).

A implementação de Planos Municipais para a Igualdade, está em consonância com a Lei nº 75/2013, 12 de setembro (Regime jurídico das Autarquias Locais). De acordo com o Artigo 33º, alínea q), compete à “Câmara Municipal assegurar a integração da Perspetiva do Género em todos os domínios de ação do Município, através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade”, bem como das orientações constantes dos Planos Nacionais.

A **23/04/2019** foi deliberado aprovar em reunião de Câmara o **Protocolo de Cooperação** entre a **Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)** e o **Município da Covilhã**, tendo em vista a Elaboração e Implementação do Plano Municipal para a Igualdade, a indicação de Conselheiros/as Locais para a Igualdade (vertente externa e

interna), bem como promover a constituição da EIVL – Equipa da Igualdade para a Vida Local, cujos membros se encontram definidos pelo referido protocolo.

GLAS – Gabinete Local de Ação Social

A Câmara Municipal da Covilhã, numa perspetiva de reorganização e modernização do serviço de ação social e habitação, considera importante uma maior aproximação aos inquilinos/municípios do Concelho, através da implementação de **Gabinetes Locais de Ação Social – GLAS**, rede de gabinetes de atendimento nos Bairros Sociais (Boidobra, Covilhã e Canhoso, Teixoso e Tortosendo).

Conceitos como desemprego, desigualdades sociais, carência económica, vulnerabilidades sociais, são várias vezes proferidos pela população no seu dia-a-dia como uma realidade que assombra várias famílias e, conseqüentemente, altera significativamente a dinâmica, funcionamento, hábitos, rotinas e, em situações extremas, condiciona diretamente a qualidade de vida de cada indivíduo/família/comunidade. Sendo a habitação um direito da pessoa, a habitação social destina-se aos indivíduos que primeiramente revelam uma condição socioeconómica desfavorável e uma situação habitacional desfavorecida, promovendo uma melhor qualidade de vida.

Assentes nesta realidade, os gabinetes locais de ação social definem como principal objetivo o atendimento e acompanhamento dos inquilinos de habitação social e suas famílias, em situação de maior vulnerabilidade e risco social, bem como a realização de ações de sensibilização e de esclarecimento junto de públicos-alvo específicos.

To Be Green

A Câmara Municipal da Covilhã lançou um projeto que visa implementar novas soluções para vestuário em fim de vida e que inclui a reciclagem de máscaras a partir das escolas do concelho, com o objetivo de desenvolver um sistema inovador de economia circular têxtil amigo do ambiente.

Com base numa parceria com a plataforma TO-BE-GREEN, trata-se de uma solução nova para o vestuário em fim de vida, permitindo o seu descarte, partilha e valorização através de lojas sociais, ‘upcycling’ e reciclagem (downcycling), incluindo o módulo ‘COVID FREE’ para o tratamento de máscaras sociais de proteção covid-19, com a colaboração dos alunos do 2.º, 3.º ciclo e secundário das escolas do concelho da Covilhã. A vertente das escolas implica a colocação de contentores adequados à saída das escolas, onde os alunos poderiam entregar as suas máscaras individuais em fim de vida, para posterior recolha e tratamento por parte da TO-BE-GREEN. Os materiais têxteis são depois convertidos em matéria-prima para outros produtos à base de fibras têxteis, no Centro de Valorização de Resíduos da Universidade do Minho.

O Município e a Plataforma TO-BE-GREEN também vão promover uma loja social para a entrega e partilha de peças de vestuário, o que decorrerá em colaboração com as instituições particulares de solidariedade social do concelho e com outras entidades que apoiam os mais desfavorecidos. Com esta solução tecnológica, a proximidade às escolas e às novas gerações adotantes ou nativas digitais, será muito grande, promovendo ainda mais os comportamentos sustentáveis e ‘green’ destes novos consumidores, aumentando os níveis de reciclagem e reduzindo conseqüentemente os encargos do município com os seus resíduos domésticos. Lembrando a importância da indústria da moda, a respetiva utilização de recursos naturais e os inerentes problemas ambientais, a autarquia da Covilhã, concelho onde a indústria têxtil tem forte peso e tradição, destaca que o projeto permitirá um tratamento “ambientalmente correto”.

A TO-BE-GREEN funciona como um e-marketplace de economia circular, suportada numa ‘app’ e plataforma dedicadas e orientadas para as novas gerações de consumidores (Millennials-Y e Zoomers-Z), sendo uma resposta para os problemas crescentes dos resíduos têxteis pós-consumo produzidos nos territórios, com uma calendarização inicial de maio de 2020 e término em abril de 2023.

Candidaturas

POAPMC – Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas

O Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) foi instituído pelo Regulamento (UE) n.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020.

Para a implementação do FEAC em Portugal, foi aprovado, pela Portaria n.º 190-B/2016, de 26 de junho, alterada pela Portaria n.º 51/2017, de 2 de fevereiro, o Regulamento Geral deste Fundo, bem como a regulamentação específica do respetivo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), o qual define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Medida 1 do Programa – Aquisição e distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade.

No âmbito da Medida 1 é elegível a tipologia de operações 1.2.1 – Distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade, que visa apoiar as operações de distribuição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade às pessoas mais carenciadas, por organizações parceiras, públicas ou privadas, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 60.º do Regulamento Específico do PO APMC.

No âmbito territorial para efeitos de financiamento, são elegíveis, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do Regulamento Específico do PO APMC, as operações localizadas nos territórios de intervenção constantes do Anexo 3 do Aviso N.º POAPMC-F2-2017-01, situados no território de Portugal continental.

Os beneficiários, assumem a qualidade de organizações parceiras, de acordo com as seguintes modalidades:

- a) Polo de receção, ao qual compete receber e armazenar os géneros alimentares, garantindo a respetiva entrega nas instalações das entidades mediadoras através de transporte adequado para o efeito e assegurando a boa receção dos

produtos por parte destas entidades, que os distribuem diretamente aos destinatários finais;

- b) Mediadora, à qual cabe a distribuição direta dos géneros alimentares aos destinatários finais.

Entidade Gestora: Município da Covilhã

O Município da Covilhã assume-se como entidade coordenadora do Programa, a qual terá como responsabilidade, a articulação entre as entidades parceiras, bem como assegurar o funcionamento do polo de receção, que recebe e armazena os géneros alimentares, garantindo a respetiva entrega nas instalações das entidades mediadoras através de transporte adequado para o efeito e assegurando a boa receção dos produtos por parte destas entidades, que os distribuem diretamente aos destinatários finais. Neste âmbito, é assim responsável pelo **aluguer de armazém, bem como aluguer de viatura** para assegurar o transporte de produtos e a sua entrega nas condições devidas nas **Entidades Mediadoras:**

1. Centro de Apoio e Convívio à 3ª Idade do Tortosendo | 33 destinatários
2. Centro Nª Sra. da Conceição – Vila do Carvalho | 70 destinatários
3. Centro Social e Comunitário do Peso | 83 destinatários
4. Centro Social e Cultural de Verdelhos | 26 destinatários
5. Fundação Anita Pina Calado – Teixoso | 46 destinatários
6. Mutualista Covilhanense | 55 destinatários
7. Município de Belmonte | 45 destinatários

Os territórios de Belmonte e Covilhã detêm assim 358 destinatários, sendo que por via da pandemia por COVID-19, o número de destinatários **duplicou por um período de 20 meses**, permitindo assim abranger um maior número de pessoas em situação vulnerável, com o apoio ao nível alimentar.

Assim, nos meses de maio e junho 2020, registou-se um aumento dos destinatários em 50%, sendo apoiados 537 destinatários e nos meses de julho/2020 a abril/2021, o número de destinatários a contemplar passou a ser de 716.

Prevê-se que se mantenham os 716 destinatários até final do Programa, pelo que se mantém a necessidade de reajustar o valor contratualizado com o armazém, de acordo com o número de toneladas de bens alimentares a receber e a distribuir por mais uma entidade, a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã.

1. Centro de Apoio e Convívio à 3ª Idade do Tortosendo | 66 destinatários
2. Centro Nª Sra. da Conceição – Vila do Carvalho | 108 destinatários
3. Centro Social e Comunitário do Peso | 110 destinatários
4. Centro Social e Cultural de Verdelhos | 52 destinatários
5. Fundação Anita Pina Calado – Teixoso | 69 destinatários
6. Mutualista Covilhanense | 86 destinatários
7. Município de Belmonte | 70 destinatários
8. Santa Casa da Misericórdia | 155 destinatários

Em termos de calendarização, estima-se que o programa decorra ao longo de 39 meses, tendo sido iniciado em dezembro de 2019 e com término previsto para fevereiro de 2023.

Projeto “Covilhã - Tecer o Futuro em Igualdade”

O Projeto “**COVILHÃ: TECER O FUTURO EM IGUALDADE**”, tem como premissa que todo o ser humano tem o direito de usufruir dos seus direitos, onde quer que viva pelo facto de ser humano, pelo que devem todos ser tratados identicamente e sem discriminação, por razões de cor, sexo, idade, religião ou por qualquer outra circunstância. A Câmara Municipal assume como compromisso, proceder à divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como instrumento fundamental para a interiorização do respeito pela Dignidade. Para além do exposto, é ainda tarefa fundamental do Estado promover a igualdade entre mulheres e homens, sendo princípio fundamental da Constituição da República Portuguesa e estruturante do Estado de direito democrático, a não discriminação em função do sexo ou da orientação sexual. A administração local constitui-se como um elemento imprescindível para a construção da igualdade de género, enquanto agentes privilegiados para a descentralização das políticas públicas no domínio da igualdade de género. No âmbito autárquico, a territorialização da dimensão da igualdade de género será efetivada mediante elaboração e

desenvolvimento do Plano Municipal para a Igualdade. Propõe-se deste modo, dinamizar as ações que contemplem: a integração dos princípios da Igualdade do Género, desagregado por sexo e a utilização generalizada de linguagem inclusiva em todos os documentos formais e informais e processos de comunicação interna e externa; a Elaboração de um Guião; Realização de ações de formação em Igualdade do Género, conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional para trabalhadores e trabalhadoras das várias entidades parceiras; Divulgar a Declaração dos Direitos Humanos e a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres.

Aprovado no âmbito de financiamento pelo programa POISE – Apoio Técnico à Elaboração e Monitorização da Execução e Avaliação dos Planos para a Igualdade, tem a sua calendarização definida com data de início a 18/06/2021 e término para 30/06/2023.

Projeto Mediadores Municipais e Interculturais - “Tecer a DiverCidade”

A iniciativa que foi alvo de candidatura a financiamento por parte da Câmara Municipal da Covilhã, pretende combater situações de pobreza e de exclusão social e contribuir para a inclusão social de grupos socialmente desfavorecidos, como sendo os agregados familiares que residem nos Bairros Sociais Municipais. Tem ainda como objetivo geral, melhorar a qualidade de vida das pessoas mais carenciadas, promovendo a sua inclusão, intervindo numa lógica de diminuir situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração social das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, bem como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que as capacitem a vários níveis.

A entidade coordenadora assume como compromisso, proceder à divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como instrumento fundamental para a interiorização do respeito pela dignidade, bem como atuar contra quaisquer formas de injustiça, discriminação, desigualdades e vulnerabilidades, orientada pelo princípio de que todo o ser humano tem o direito a usufruir dos seus direitos, independentemente, do local onde vive, cor, sexo, idade, religião ou por qualquer outra circunstância. Pauta a sua atuação pelo respeito social interpessoal e o respeito pela dignidade dos outros.

Em qualquer circunstância regula a sua atuação com retidão de caráter, honestidade pessoal e profissional, respeito, pela proteção de dados das pessoas mais carenciadas e pela reserva da sua vida privada.

Conscientes de que as parcerias são instrumentos facilitadores e otimizadores para alcançar objetivos comuns e otimizar resultados, as entidades envolvidas assumem o compromisso de contribuir para a atenuação das formas mais graves de pobreza, através da prestação de assistência não financeira às pessoas mais carenciadas, da concessão de alimentos e ou de assistência material de base e da realização de atividades de inclusão social, vocacionadas para a integração de pessoas nessas condições.

Com este projeto, que visa a intervenção/ação nas áreas da educação, habitação, saúde e emprego, pretende-se que os mediadores assumam um papel importante para o processo de capacitação das comunidades cigana e maioritária, nomeadamente, através de uma melhor aceitação da diversidade cultural e social, resultante de um conhecimento mais adequado da sua cultura e vivências. Pretende-se uma intervenção de proximidade com técnicos/as e instituições/entidades, que atuam em diversas áreas sociais, no sentido de encorajar a implementação de iniciativas mais inclusivas, promovendo a igualdade de oportunidades para todos/as os/as cidadãos/ãs.

Acerca das entidades envolvidas nesta iniciativa, deve salientar-se que:

- O **Município da Covilhã**, procura promover, entre as várias entidades com responsabilidade nas áreas sectoriais de intervenção social, um entendimento consensual sobre o papel e as funções do mediador e uma partilha de objetivos que sustente a implementação do projeto nas várias áreas e fases de intervenção;
- A **Beira Serra- Associação de Desenvolvimento**, procedeu à contratação de mediador, suportando as despesas de deslocações e encargos diretos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da operação;
- A **Coolabora, CRL**, procedeu à contratação de mediadores, suporta as despesas de deslocações e encargos diretos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da operação.

Em termos de calendarização, o projeto que iniciou em finais de 2021, teve a sua conclusão a 31 de maio de 2023.

Parcerias

I3SOCIAL – Incubadora Itinerante para a Inovação Social BSE

No coração deste projeto estão as pessoas e as comunidades do território Beiras e Serra da Estrela (BSE). Por esta razão, pretende-se por esta via ouvir as vozes do território, particularmente todos aqueles que, de modo dedicado e criativo, têm procurado criar soluções para os desafios sociais que causam pressão no território.

A I3SOCIAL BSE, que pretende a criação de uma rede de colaboração para o empreendedorismo social, trata-se de uma iniciativa de inovação social que, em estreita colaboração com cada um dos municípios, visa **promover a capacitação do território BSE reforçando recursos, competências e cultura colaborativa** dos agentes locais, como forma de promover o empreendedorismo social e, assim, dar resposta a desafios sociais complexos, em todo o território de intervenção BSE.

Pretende-se dar continuidade à realização de sessões participativas, dinamizadas pela equipa técnica do município, constituída atualmente pelas seguintes entidades: AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor; Beira Serra – Associação de Desenvolvimento; CooLabora – Intervenção Social; Santa Casa da Misericórdia Covilhã, Universidade Beira Interior (CFIUTE) e Município da Covilhã.

NLI – Núcleo Local de Inserção

A pobreza e a exclusão social resultam das transformações operadas nas sociedades atuais que dão primazia ao económico em detrimento do social. O combate à pobreza e exclusão social apoia-se no conceito de cidadania, em que deverá ser dada a possibilidade a todo o cidadão de receber da comunidade a que pertence, o apoio para se poder afirmar como membro pleno e ativo dessa mesma comunidade.

Com o intuito de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no concelho, os princípios orientadores da ação do NLI da Covilhã continuam a ter como **objetivos** principais:

- a) A promoção da autonomia das famílias beneficiárias de rendimento social de inserção através da sua integração laboral, social e comunitária, de forma a

- atingir a taxa de 90% de celebração de Contratos de Inserção, no Concelho da Covilhã;
- b) Diminuir o isolamento social aumentando os níveis socioculturais da população alvo;
 - c) Fomentar o envolvimento dos parceiros no desenvolvimento dos programas de inserção, através da disponibilidade de recursos;
 - d) Melhorar os níveis de execução da medida;
 - e) Desenvolver medidas de inserção social efetivas nas diferentes áreas, de modo a dar resposta às problemáticas sociais;
 - f) Integração dos Beneficiários em CEI+, por parte do IEFP e Entidades Locais.

No âmbito da descentralização de competências, vai o Município passar a liderar as reuniões de parceria, considerando que a análise e acompanhamento de Processos de RSI e de SAAS serão da responsabilidade da Autarquia, bem como a dinamização de reuniões quinzenais para análise de processos e assinatura de contratos de inserção.

ODS Local

A ANMP divulgou junto das Autarquias Locais, a Plataforma ODSlocal, a qual visa trabalhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU para 2015-2030 junto dos municípios, considerando-os peças fundamentais para que os ODS sejam cumpridos junto dos cidadãos, das empresas e das organizações, em função das prioridades de cada território.

Nesta sequência, mediante a adesão à Plataforma ODSlocal, procedeu-se à formalização de compromisso assumido pelos municípios aderentes, propondo as seguintes metodologias:

- 1) Assinatura da Carta de Compromisso com assinatura digital certificada;
- 2) Realização de uma reunião online com o ponto focal do município, em data a acordar;

- 3) Esta primeira reunião com o ponto focal teria os seguintes objetivos: i) Identificar as funcionalidades e produtos da Plataforma ODSlocal; ii) Estabelecer a metodologia de trabalho conjunto e identificar as atividades a desenvolver; iii) Estabelecer o calendário das ações a desenvolver em 2021 pela equipa de gestão da Plataforma ODSlocal e o município; iv) Esclarecer outras questões consideradas relevantes pelo ponto focal.

A adesão à Versão Base então apresentada, tem como funcionalidades: o acesso administrativo ao Portal ODSlocal; a moderação e gestão de projetos inseridos no portal; o acesso a conteúdos e atualização automática de indicadores; a participação em workshops e sessões colaborativas regionais; a integração e acesso à exposição geral Plataforma, que é gratuita.

Na sequência da sessão de "Capacitação Municipal para a construção colaborativa da Agenda 2030 Local" na área geográfica do Centro Interior, foi solicitado aos Municípios ODSlocal que procedessem ao preenchimento do: "**Roteiro para 2030 na perspetiva dos ODS**". Foi ainda solicitada a reflexão e a identificação de objetivos estratégicos para 2025 e 2030 e como concretizá-los, tendo em mente a realidade municipal. Em cada um dos horizontes temporais definidos, foram identificados até três objetivos estratégicos e o plano de ação para os mesmos, incluindo, que parcerias devem ser estabelecidas e quais os fatores críticos ou condicionantes que poderão influenciar a concretização dos objetivos estratégicos identificados, os quais, no caso do Município da Covilhã foram:

- Horizonte temporal 2025
 - ❖ ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico;
 - ❖ ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis;
 - ❖ ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre;

- Horizonte temporal 2030
 - ❖ ODS 10 – Reduzir as Desigualdades;
 - ❖ ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis;

❖ ODS 13 – Ação Climática.

PRI – Programa de Respostas Integradas do Território Eixo Fundão – Covilhã

O Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), é uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, que procura potenciar as sinergias e os recursos disponíveis num dado território, com o objetivo de reduzir os comportamentos aditivos e dependências (CAD), baseando-se nos princípios da territorialidade, da parceria, da participação e das respostas integradas.

Tem como principais objetivos construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da prevenção, da dissuasão, da redução de riscos e minimização de danos, do tratamento e da reinserção; aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência das intervenções, dirigindo-as a grupos específicos; desenvolver um processo de melhoria contínua da qualidade da intervenção através do reforço da componente técnico-científica e metodológica; aumentar o conhecimento sobre o fenómeno dos CAD's e promover a realização de intervenções coerentes e sustentáveis no tempo.

A execução concretizou-se mediante a definição de territórios de intervenção prioritária, nos quais são constituídos Núcleos Territoriais, um conjunto de entidades parceiras que atuam localmente e que se reúnem com vista a intensificarem e concertarem os seus esforços no objetivo comum de implementar e desenvolver um Programa de Respostas Integradas (PRI). Desde 2007, o Território Eixo Fundão-Covilhã foi considerado como investimento prioritário para integrada no âmbito dos CAD's. Seguiu-se a elaboração detalhada do diagnóstico deste território, com o envolvimento de vários parceiros locais e sob a orientação do CRI de Castelo Branco. Este diagnóstico, o qual tem vindo a ser atualizado ao longo dos anos, serve de ponto de partida para a definição de todas as intervenções a implementar.

O Núcleo Territorial do Eixo Fundão – Covilhã monitoriza a implementação do PRI, o qual contempla atualmente dois projetos cofinanciados pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD): o Projeto Abraça a Escola, no âmbito

da prevenção e o Projeto Vive a Noite, no que concerne à Redução de riscos e Minimização de Danos.

O Município como parceiro, tem participado em reuniões quadrienais, na elaboração dos diagnósticos, na planificação e execução de ações e no acompanhamento e monitorização da execução do PRI

Projeto de Prevenção em contexto escolar Abraça a Escola

Entidade Promotora: Beira Serra- Associação de Desenvolvimento

Entidades Parceiras: Municípios da Covilhã e do Fundão, as Forças de Segurança (GNR da Covilhã e do Fundão e PSP da Covilhã) e o Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira.

Âmbito de intervenção:

Abraça a Escola é um projeto de prevenção em contexto escolar cujo objetivo principal é minimizar os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção de jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos que indiciam comportamentos de risco. A prevenção do uso/abuso de substâncias lícitas e ilícitas, e a redução de comportamentos aditivos, (uso e abuso de redes sociais, telemóveis, jogos online...) constituem o principal eixo de intervenção deste projeto que intervém no Eixo Covilhã-Fundão.

As Escolas Secundárias, Campos Melo e Quinta das Palmeiras, os Agrupamentos de Escolas Frei Heitor Pinto e Teixoso, a Escola Profissional de Artes na Covilhã assim como os Agrupamentos de Escolas do Fundão, Gardunha e Xisto e Escola Profissional no Fundão, são Alvo de intervenção do projeto.

As ações desenvolvidas (formação de agentes educativos e assistentes operacionais, intervenção nas turmas, modelo de sensibilização parental, atividades durante as férias escolares, sensibilização para a comunidade educativa, criação de recursos e matérias pedagógicos preventivos contribuem de forma complementar para reforçar e combater o abandono e insucesso escolar, promover a aquisição de competências parentais e

combater o início precoce do consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas e a adoção de comportamentos aditivos.

Programa ESCOLHAS – 8ª Geração – Quero Ser Mais E8G e Trajetos E8G

O Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações – ACM, IP, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. O Município da Covilhã integra os consórcios dos dois projetos: **Quero Ser Mais e Trajetos**. O apoio do Município traduz-se na logística necessária para a realização de diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito dos Projetos, designadamente na disponibilização de transportes, cedência de espaços para a realização de atividades, entre outras, com especial incidência na intervenção social nos Bairros Sociais das Nogueiras – Teixoso; Quinta da Alâmpada – Boidobra e Bairro do Cabeço – Tortosendo.

PROJETO “QUERO SER MAIS – E8G”

Entidade Promotora: Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto

Entidade com Funções de Gestão: COOLABORA, CRL

Entidades Parceiras:

Município da Covilhã;

Junta de Freguesia do Tortosendo;

CPCJ da Covilhã;

ARSC, I.P. - Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. / ACES Cova da Beira -
Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira

AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;

Unidos Futebol Clube de Tortosendo;

Conservatório de Música da Covilhã;

Modatex - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios;
Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo;
Universidade da Beira Interior.

Âmbito de intervenção

O Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, através da proximidade ao meio da Subunidade Escola Básica de Tortosendo (Ex-escola sede do Ex-Agrupamento de Escolas de Tortosendo), e no âmbito da sua intervenção, que se prende com a educação das crianças e jovens das freguesias de Tortosendo, Vales do Rio, Coutada, Bouça, Peso, Dominguiso e Cortes do Meio, foca a sua intervenção no combate a problemas como o absentismo, o abandono escolar, a integração de alunos de minorias étnicas, a falta de competências parentais por parte das famílias desestruturadas e ainda os problemas de exclusão social da população dos 2 bairros sociais do Tortosendo.

Toda a intervenção assenta em metodologias participativas (reuniões de parceria periódicas e de avaliação) e no trabalho cooperativo, entre participantes e entre entidades.

PROJETO “TRAJETOS – E8G”

Entidade Promotora: Beira Serra – Associação de Desenvolvimento

Consórcio:

Município da Covilhã;

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã;

ARSC, I.P. - Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. / ACES Cova da Beira -
Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira

Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã;

Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve;

Agrupamento de Escolas do Teixoso;

Junta de Freguesia de Boidobra;

União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo

Âmbito de intervenção

O Trajetos E8G desenvolve-se no concelho da Covilhã, em contexto escolar no Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve e Agrupamento de Escolas do Teixoso, e em contexto de intervenção comunitária, nos Bairros Sociais da Alâmpada e Nogueiras. Os destinatários são crianças e jovens dos 6 aos 25 anos, familiares e profissionais de educação. A ação é direcionada em particular aos alunos de 1º e 2º ciclo, destacando-se crianças e jovens ciganas/os que apresentam problemas de absentismo e conseqüentemente insucesso escolar. Responde às problemáticas identificadas e priorizadas pelos destinatários e parceiros do Consórcio, e desenvolve atividades na Medida I, as quais na sua maioria, são implementadas em contexto escolar, existindo um reforço em 2 espaços que a Beira Serra detém em cada bairro de intervenção, equipados com computadores, espaços esses que também serviram de apoio às atividades fora dos períodos letivos, assim como para a implementação das atividades que promovem a participação cívica e comunitária.

Toda a intervenção assenta em metodologias participativas (reuniões periódicas de parceria e de avaliação) e no trabalho cooperativo, entre participantes e entre entidades.

Protocolo INR - Balcão da Inclusão

Entre o Instituto Nacional para a Reabilitação I.P. (INR I.P.) e o Município da Covilhã, foi estabelecido protocolo de implementação do Balcão de Inclusão, determinante para a participação de todos através de uma rede de atendimento de proximidade para os cidadãos com deficiência e suas famílias.

O mesmo estabelece os seguintes objetivos:

- Atendimento qualificado dos munícipes com deficiência/incapacidade e respetivas famílias, bem como dos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvem qualquer tipo de atividade neste domínio (reabilitação e participação), assegurando-lhes uma informação integrada sobre os direitos e benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas colocados;
- O encaminhamento e desenvolvimento de função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas, responsáveis pela resolução dos seus problemas, que seja facilitadora da sua intervenção junto destes

utentes; - Desenvolver e valorizar as parcerias locais que permitam articular soluções de atendimento mais eficazes; - Divulgar junto dos serviços, instituições e outras estruturas locais, a apropriação e divulgação de boas práticas no atendimento do munícipe com deficiência/incapacidade; - Recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local das pessoas com deficiência/incapacidade, identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.

Protocolo de Colaboração Município da Covilhã e a ANMP “Municípios Solidários das Vítimas de Violência Doméstica”

Parceria: Município da Covilhã e a ANMP

Duração: Deliberação da reunião de Câmara de 21/11/2014. Vigência da resposta social no Território

Objetivos: A adesão da Câmara Municipal da Covilhã à Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica, tem como principal objetivo instituir uma cooperação institucional entre as partes, no âmbito do processo de autonomização e empoderamento das vítimas de violência doméstica, priorizando assim o processo inerente à atribuição de habitação social municipal.

Protocolo de Colaboração Município da Covilhã e o CAFAP “Entre Famílias”

Parceria: Município da Covilhã e o CAFAP Entre Famílias

Objetivos: O CAFAP “Entre Famílias” visa a qualificação familiar mediante a aquisição e o fortalecimento de competências parentais nas diversas dimensões da vida familiar e compreende níveis diferenciados de intervenção de cariz pedagógico e psicossocial que, de acordo com as características das famílias, integram as seguintes modalidades:

- a) Preservação familiar;
- b) Reunificação familiar;

c) Ponto de encontro familiar.

É constituído por uma Equipa Multidisciplinar de 5 Técnicos Superiores: 1 Coordenador, 1 Assistente Social, 1 Psicólogo e 1 Educador Social, 1 Mediador Familiar, tendo como objetivos:

- a) Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma Parentalidade positiva;
- b) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- c) Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- d) Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- e) Potenciar a melhoria das interações familiares;
- f) Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- g) Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- h) Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- i) Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso.

No âmbito das atividades desenvolvidas pelo CAFAP Entre Famílias, o Município da Covilhã disponibiliza espaço físico com as condições necessárias para o desempenho da atividade de um CAFAP, destinando para o efeito a loja com o nº 4 das instalações do Centro de Ativ'ldades.

Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica | Violência Zero

Parceria:

CooLabora, Crl

Município de Covilhã

Administração Regional de Saúde do Centro

Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco

Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Castelo Branco

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Belmonte
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Covilhã
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fundão
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
Delegação da Covilhã da Ordem dos Advogados
Delegação Regional do Centro do Instituto de Emprego e Formação Profissional
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção-Geral da Administração Escolar
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
Município de Belmonte
Município de Fundão
Polícia de Segurança Pública da Covilhã
Procuradoria da República da Comarca de Castelo Branco
Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade
Universidade da Beira Interior

O presente protocolo, é coordenado pela CooLabora CRL, e tem por objetivo a implementação de uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género, nas áreas geográficas dos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão, atuando nas diversas vertentes de apoio e proteção às vítimas de violência doméstica e de género.

O protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género tem como objetivos:

- a) Desenvolver um processo de territorialização das respostas na área da violência doméstica e de género, promovendo a realização de iniciativas conjuntas ou de ações concertadas;
- b) Promover as condições necessárias ao apoio e proteção das vítimas de violência doméstica e de género, por forma a assegurar a confidencialidade e o eficaz encaminhamento e acolhimento das diferentes situações;
- c) Assegurar que o encaminhamento das vítimas de violência doméstica e de género se proceda de acordo com o respetivo suporte financeiro, técnico e logístico, de modo a rentabilizar os recursos e apoios disponíveis;

- d) Promover a troca regular de informação, considerada relevante pelas partes outorgantes;
- e) Consolidar esforços e elaborar referenciais de atuação conjunta para a definição e harmonização de intervenções, tendo em vista a melhoria das respostas na área da violência doméstica e de género, por forma a proceder à cobertura progressiva dos serviços de apoio e proteção à vítima no âmbito geográfico a que se aplica o presente protocolo;
- f) Colaborar na dinamização de ações de formação e informação dirigidas à comunidade sobre violência doméstica e de género, assim como na divulgação da Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género;
- g) Promover a realização de estudos e diagnósticos que visem a permanente adequação das respostas à problemática da violência doméstica e de género.

Calendarização: ANUAL Reuniões quadrimestrais para a (I) Monitorização e acompanhamento da Execução do Protocolo.

Protocolo “Ser Solidário”

Parceria: UBI e CMC

Nos âmbitos do apoio social e do exercício da responsabilidade social, a Universidade da Beira Interior decidiu implementar o programa "Ser Solidário", com o objetivo de desenvolver mecanismos complementares para uma resposta mais eficaz e abrangente, na concessão de apoios sociais aos membros da sua comunidade académica. O Município da Covilhã tem por objetivo a qualidade de vida e o bem-estar dos munícipes, pelo que decidiu estabelecer protocolo com aquela entidade, definindo os seguintes termos:

A UBI compromete-se a:

- a) Colaborar na promoção de uma atuação concertada, que permita uma maior eficácia na prevenção e solução de problemas sociais, através da articulação de todos os intervenientes na rede social;
- a) Promover campanhas de recolha de bens, em particular alimentares, para doação aos Gabinetes Locais de Apoio Social e outras lojas sociais da Rede Social;
- b) Incluir a segunda outorgante na lista de parceiros do programa Ser Solidário após assinatura do presente protocolo;
- c) Divulgar a parceria estabelecida com a segunda Outorgante no seu site, na página da Responsabilidade Social.

O Município da Covilhã compromete-se a colaborar com a UBI de forma ativa e interessada com o programa “Ser Solidário” nas seguintes vertentes:

- a) Assegurar o atendimento e o acompanhamento de estudantes sinalizados pela UBI que estejam em situação de vulnerabilidade económica e social;
- b) Articular e encaminhar os estudantes carenciados para outras entidades e /ou serviços;
- c) Colaborar na procura de soluções sociais, promovendo a articulação e a participação ativa de todos os intervenientes na Rede Social;
- d) Integrar a rede de sinalização do Programa Ser Solidário;
- e) Apoiar na divulgação do programa e na angariação de novos parceiros;
- f) Divulgar a parceria estabelecida com a primeira Outorgante no seu site.

A doação, recolha e entrega de bens alimentares e outros é feita da seguinte forma:

- 1 - O donativo a efetuar pela UBI abrangerá bens alimentares e outros que sejam angariados em campanhas e outras iniciativas no âmbito do Programa “Ser Solidário”;
- 2 - Este tipo de donativo não é vinculativo de forma permanente pois está sujeito à regularidade das campanhas de angariação e outras iniciativas, bem como da quantidade e tipologia de bens recolhidos;
- 3 - As campanhas de recolha são da responsabilidade da UBI e/ou outros parceiros do programa;

4 – O Município da Covilhã, os Gabinetes Locais de Ação Social e outras Lojas Sociais, comprometem-se a aceitar como beneficiários, os estudantes e outros membros da comunidade Ubiana carenciados, sinalizados pela UBI. Os beneficiários podem usufruir de bens alimentares ou de outros bens disponibilizados pelas lojas de acordo com as suas necessidades.

RAP – Resposta de Apoio Psicológico a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica

Parceria: Coolabora, Câmara Municipal da Covilhã, Câmara Municipal de Belmonte, Câmara Municipal do Fundão, CIM – Beiras e Serra da Estrela, CPCJ Belmonte, CPCJ Covilhã, CPCJ Fundão

A Coolabora apresentou uma candidatura regional destinada a criar uma RAP - Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica, através da constituição de uma equipa especializada em psicologia, que faz o atendimento e acompanhamento de crianças e jovens acolhidos em casas de abrigo, respostas de acolhimento de emergência e estruturas de atendimento da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência.

Este apoio é prestado em articulação com os Gabinetes de Apoio a Vítimas existentes, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, as Autarquias do território da Cova da Beira e os restantes organismos envolvidos, nomeadamente os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco do Sistema Nacional de Saúde, as equipas de saúde mental, as equipas de intervenção do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e Escolas e as Equipas Multidisciplinares de Assessoria Técnica aos Tribunais e é coordenado pela Coolabora – Intervenção Social.

Tabela 30. N.º de processos de acompanhamento por sexo, 2022

Fonte: RAP

	Transitados de 2021		N.º de Novos Casos		
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
	6	10	29	27	
Total	16		56		72

Tabela 31. N.º de atendimentos 2022

Fonte: RAP

	N.º de Atendimentos	
	Presenciais	Não Presenciais
	715	180
Total	895	

Saúde Mental na Cova da Beira

Entidades Parceiras: ARSC, CHUCB, ACES. CM Belmonte, Covilhã e Fundão

Os principais objetivos deste Projeto são a promoção da saúde mental, reabilitação e reintegração das pessoas através do desenvolvimento de um plano estratégico, com programas de prevenção e tratamento da doença, através da articulação e dinamização dos parceiros com outras entidades na comunidade, que a rede considere relevantes para o seu desenvolvimento.

Pretende-se ainda desenvolver uma postura proactiva na procura de oportunidades de colaboração, partilha de conhecimento e desenvolvimento na área da saúde mental, através de um modelo que permita às organizações a que pertencem, funcionar como um facilitador e potenciador do trabalho em rede, no âmbito das suas competências e com os recursos disponíveis, simplificar procedimentos e desmaterializar processos.

Pretende-se desenvolver uma rede de intervenção atual, inclusiva e inovadora, baseada numa abordagem comunitária e biopsicossocial de prevenção, intervenção, tratamento e reabilitação da saúde mental, para dar a resposta a situações de exclusão e de vulnerabilidade social atuando na causa. Pretende-se trabalhar para os objetivos propostos na Estratégia Europa 2020, por um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, potenciando as competências emocionais, cognitivas e intelectuais da população, e não a colocar em risco por falta de respostas adequadas à promoção da saúde mental e prevenção da perturbação mental.

O projeto de intervenção em saúde mental na comunidade visa a autonomia do indivíduo, portador de doença mental, objetivando a sua reintegração na comunidade,

evitando os múltiplos reinternamentos. A promoção da autonomia é um objetivo crucial neste projeto, através da capacitação dos utentes, família, técnicos e comunidade sobre a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da doença mental, desenvolvendo competências para redução de recaídas, com a finalidade de obter ganhos em saúde.

Objetivos Específicos:

- Promover o acesso aos cuidados de saúde mental; - Capacitar os técnicos de saúde, comunidade e utentes, a fim de promover a saúde mental e prevenir a doença; - Garantir a acessibilidade a todas as pessoas: - Assumir geograficamente, um setor com uma dimensão que possa assegurar os cuidados, sem que para isso as pessoas tenham que se afastar significativamente do local de residência; - Criar um conjunto diversificado de unidades e programas, assegurando uma resposta efetiva às necessidades das populações; - Envolver a participação dos utentes, famílias e diferentes entidades da comunidade; - Cooperar com as organizações não-governamentais e do setor social, na reabilitação e prestação de cuidados continuados a doentes mentais graves; - Articular com respostas de Cuidados Continuados Integrados para a Saúde Mental.

Rede de Envelhecimento Ativo e Saudável

O Município aderiu em setembro de 2021 à rede de envelhecimento ativo e saudável, através de uma proposta de criação de um centro de envelhecimento ativo e saudável integrado numa rede nacional e europeia. A proposta é feita pela UBI, e pretende que a Beira Interior fique representada a nível nacional e internacional e, sobretudo, que ajude os projetos que nesta área, visem a melhoria da qualidade do envelhecimento da nossa população.

Áreas | Problemas Identificados

Conforme decisão de Plenário foram identificadas as seguintes Áreas – Problemas.



Distribuição dos Problemas Identificados por área

Tabela 32. Questionário identificação dos problemas sociais do concelho

PROBLEMAS SOCIAIS	Prioridades
EIXO I - SAÚDE:	
- Insuficiência de estruturas residenciais para portadores de patologias e deficiência mental;	
- Comportamentos aditivos (com ou sem consumo de substâncias);	
- Carência de estruturas/serviços que promovam o acesso a cuidados de saúde mental;	
- Riscos decorrentes de relações sexuais desprotegidas: <ul style="list-style-type: none"> • Gravidez indesejada (particularmente na adolescência); • Propagação de doenças sexualmente transmissíveis. 	
- Estilos de vida poucos saudáveis;	
- Dificuldade de custear transporte para acesso ou continuidade de cuidados de saúde;	
- Dificuldade na aquisição de medicação;	
EIXO II – EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS	
- Insuficiências de estruturas residenciais para idosos com baixos rendimentos;	
- Necessidade de promover a cooperação Institucional;	
- Isolamento social da pessoa idosa;	
- Necessidade de respostas locais para situações de emergência social;	
- Violência sobre a pessoa idosa;	
- Violência entre pares (bullying);	
- Violência no namoro;	
- Falta de estruturas de acolhimento a vítimas de violência doméstica e de género;	
- Insuficiência de programas de acompanhamento a agressores;	
- Insuficiência de promoção de programas de integração e valorização de competências pessoais, parentais, familiares e sociais em populações em situação de exclusão ou desfavorecimento;	
- Insuficiência de informação quantitativa e qualitativa sobre a deficiência ao nível do Concelho;	
- Dificuldade de integração de imigrantes, migrantes, refugiados, recolocados e de outras minorias culturais;	
EIXO III – EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO	
- Carência de técnicos especializados nas escolas;	
- Fraca participação dos pais no processo educativo dos seus educandos;	
- Absentismo Escolar;	
- Abandono Escolar;	
- Baixa escolaridade e qualificação profissional;	
- Desarticulação entre a oferta de formação disponível e o mercado de emprego;	
- Necessidade de cursos de alfabetização para adultos;	
- Pouco apoio nas escolas às crianças com dificuldade de aprendizagem;	
- Insuficiência de Cursos de Português para imigrantes, migrantes, refugiados e recolocados;	
- Dificuldades de inserção escolar/formativa de imigrantes, migrantes, refugiados, recolocados e de outras minorias culturais a residir no concelho;	

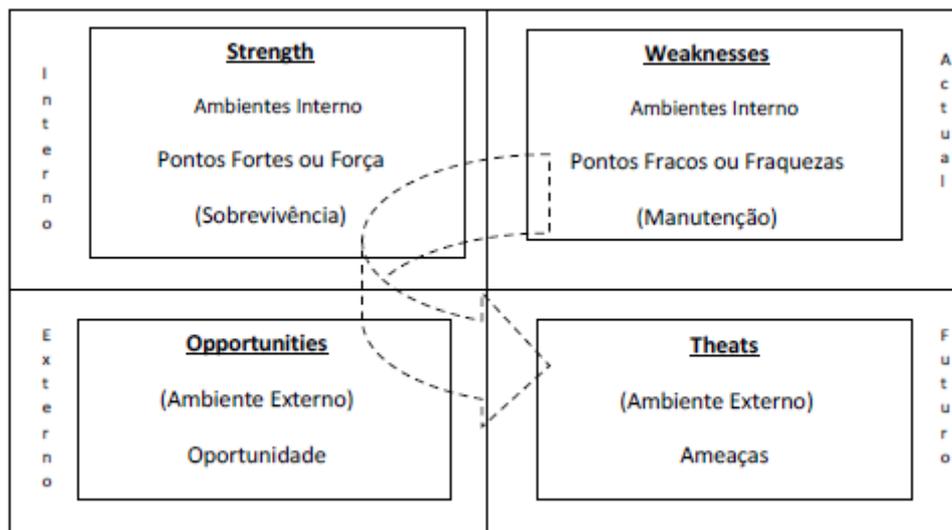
PROBLEMAS SOCIAIS	Prioridades
EIXO IV - EMPREGO	
- Desemprego nas camadas mais jovens;	
- Emprego precário;	
- Dificuldades de integração laboral de desempregados e beneficiários do RSI;	
- Desemprego transversal a todas as idades, sexos, estratos sociais e comunidades;	
- Dificuldades para criação do próprio emprego;	
- Falta de respostas articuladas de apoio às pessoas em situação de desemprego;	
- Dificuldades de inserção profissional e manutenção de emprego dos cidadãos com deficiência e/ou incapacidade;	
- Dificuldades de inserção laboral de imigrantes, migrantes, refugiados, recolocados e de outras minorias culturais a residir no concelho;	
- Falta de conhecimento sobre o tecido empresarial do Concelho (por parte das pessoas à procura de emprego);	
EIXO V - HABITAÇÃO	
- Idosos em habitação degradada e com barreiras arquitetónicas;	
- Habitações sem condições de habitabilidade (sem casa de banho, água e eletricidade);	
- Habitações de baixa eficiência energética, falta de capacidade económica das pessoas para assegurarem sistemas de climatização e ao acesso a programas de financiamento;	
- Escassez de habitação social e falta de apoios para arrendamento no mercado privado;	
- Má utilização da habitação social por alguns arrendatários;	
EIXO VI – ACESSIBILIDADES, INCLUSÃO, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	
- Adequação da rede de transportes públicos às necessidades da população, no acesso a serviços essenciais;	
- Barreiras à mobilidade nos transportes públicos, nos edifícios públicos e vias públicas;	
- Necessidade de implementar mecanismos/ações de sensibilização no âmbito das questões relacionadas com a mobilidade;	
- Necessidade de sensibilização da população em geral para as alterações climáticas e reutilização de recursos (economia circular);	
- Insuficiente sensibilização das pessoas para a importância da reciclagem dos lixos domésticos;	
- Insuficiente sensibilização das pessoas para o consumo mais sustentável (consumo de produtos locais e sazonais, p.ex.);	
- Necessidade de sensibilização da população em geral para o abandono animal e suas consequências para a saúde pública.	

Matriz Swot

O instrumento utilizado para a análise, foi a Matriz “Swot”, instrumento que tem vindo a ser adotado ao nível do planeamento participado, por diversos organismos mundiais. A Matriz S.W.O.T. (Strenght, Weaknesses, Opportunites, Threats) adaptada à língua portuguesa que significa F. F. O. A. (Fraquezas, Forças, Oportunidades, Ameaças) é uma ferramenta que tem sido utilizada para o planeamento do desenvolvimento social, cujos objetivos são:

1. Efetuar uma síntese das análises internas e externas;
2. Identificar elementos chave para o desenvolvimento social, o que implica estabelecer prioridades de atuação;
3. Preparar opções estratégicas: antecipar Riscos/Problemas a resolver

A esquematização que a seguir se apresenta ajudará à compreensão do instrumento metodológico que foi utilizado por todos os grupos de trabalho.



Áreas Temáticas
Eixo I . Saúde

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação Institucional • Recursos das autarquias locais • Instituições de saúde existentes no concelho • Existência de uma Faculdade de Ciências da Saúde • Transferência de competências na área da saúde para o Município • Criação do Conselho Municipal de Saúde da Covilhã • Estruturas existentes de saúde mental no concelho, que apesar de insuficientes proporcionam cuidados de saúde mental aos cidadãos • Resposta social existente para portadores de patologias e deficiência mental, não obstante, a necessitar de reforço • Resposta a família por parte de várias Instituições/Entidades • Transporte a pedido • Reforço de horários de transporte público e adequação de veículos • Incentivo à fixação de profissionais de saúde por parte do Município • Implementação de Políticas de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado número de Extensões de Saúde e sua dispersão com dificuldades de acesso e fixação de profissionais de saúde • Edificado de serviços de saúde de proximidade inadequados e a necessitar de intervenções de requalificação • Sobrelotação dos atuais espaços de cuidados de saúde primários, nomeadamente, dos Centros de Saúde de Covilhã e Tortosendo, dificultando o adequado funcionamento e impedindo a implementação de carteiras adicionais de serviços • Dificuldade no rejuvenescimento dos quadros médicos e outros profissionais • Carência de profissionais de saúde em áreas disciplinares específicas • Carência de viaturas para apoio nos cuidados de saúde, especialmente domiciliários • Carência de estruturas/serviços que promovam o acesso a cuidados de saúde mental • Inexistência de Unidade de Cuidados Continuados Integrados Apoio Social e Saúde no concelho. • Diminuta disponibilidade de recursos humanos por parte do município e demais parceiros com o crescente de atribuições e serviços
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de parcerias • Custo de vida médio/baixo • Isonomia da comparticipação dos medicamentos • Consciencialização Política para os problemas de saúde e interioridade • Calendarização ajustada com o Ministério da Saúde • Formação de novos técnicos • Criação de projetos inovadores para dar resposta à população • Serviços de proximidade (Unidades Móveis de Saúde - UMS) • Realização de Ações de Sensibilização e Formação • Abertura de candidaturas a fundos sociais europeus • Apoios financeiros • Recente criação de programas de intervenção no âmbito da saúde mental • Desmistificação do estigma na saúde mental • Incentivos à criação de Unidades de Saúde Familiar (USF) • Incentivos à criação de estruturas da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), incluindo a aumento de camas em contexto domicílio para as Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento e baixa densidade populacional • Dispersão geográfica • Distância à sede de concelho • Custo de transportes • Fracos Rendimentos • Dificuldade na Aquisição da medicação • Dificuldade de custear transporte para acesso ou continuidade de cuidados de saúde • Comportamentos Aditivos • Falta de financiamentos a 100 %, • Diminuta comparticipação às IPSS, sendo demasiado pesado para estas os encargos com a construção, adaptação e requalificação dos equipamentos sociais • Mudança de “Chefias” das entidades para reforçar o estabelecimento de parcerias • Escassez de formação de profissionais de saúde e de incentivos à sua fixação no interior do país • Aumento dos problemas de saúde mental em todas as faixas etárias • Burnout familiar

Eixo II . Equipamentos e Respostas Sociais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de Respostas Sociais ao nível da população idosa em todas as freguesias do concelho. • Existência de Respostas Sociais ao nível da infância, juventude e deficiência. • Recursos da Autarquia • Existência de Associações de Desenvolvimento Local • Existência de um forte associativismo • Serviços de proximidade (exemplo, a Unidade Móvel de Saúde) • Projetos Institucionais (exemplo: Círculo de Cuidados; Cuidar em Casa) • Capacidade Técnica nas IPSS para apresentação de candidaturas a projetos e apoios existentes. • Voluntariado da sociedade civil • Cartão Social Municipal (viagens comparticipadas) • Policiamento de proximidade (PSP e GNR) 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de resposta local para situações de emergência social • Insuficiência de vagas sociais nas Estruturas Residenciais para Idosos. • Inexistência de resposta social para apoio a cidadãos com problemas de saúde mental • Insuficiência de equipamentos sociais para apoio à deficiência. • Inexistência de Serviços de Residências Temporárias • Inexistência de Unidade de Cuidados Continuados Integrados Apoio Social e Saúde no concelho. • Insuficiência da prestação de cuidados na resposta social SAD. • Poucas Instituições com a resposta de Apoio Domiciliário na Cidade • Fraca cooperação entre as Instituições no sentido de otimização de recursos evitando a duplicidade de respostas. • A maior parte das respostas sociais são tipificadas, não se apostando muito na inovação. • Escassez de Recursos Humanos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Balcão móvel de atendimento social • Descentralização de serviços e competências • Criação de novos serviços de apoio a idosos, no intuito de continuarem a residir nas suas casas. • Programas de Financiamento • Serviços de proximidade (UMS) • Partilha de Residência entre Idosos e Estudantes (área urbana) • Novas tecnologias • Banco de Voluntariado da CMC • Nova portaria 38ª de 2 de fevereiro – Estabelece os termos e condições em que é efetuada a articulação interinstitucional, para efeitos de referenciação e acompanhamento de pessoas que, por motivos sociais, permanecem internadas após a alta clínica, em hospital do Serviço Nacional de Saúde (SNS), através do recurso a um acolhimento temporário e transitório em resposta social 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos de Financiamento • Burocracias inerentes aos Programas de Financiamento • Baixa dotação financeira dos programas de financiamento • Dificuldades financeiras de algumas instituições • Dependência financeira das instituições /Acordos de Cooperação com a Segurança Social • Acordos de comparticipação insuficientes • Elevadas listas de espera nas estruturas existentes • Elevado custo das Respostas Sociais • Geografia do Terreno • Despovoamento de algumas freguesias

Eixo III . Educação/Formação

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação Institucional • Espaços disponíveis • As próprias entidades proporcionam formação • Existência de uma boa rede de escolas • Disponibilidade/Flexibilidade de horários de atendimento por parte dos professores 	<ul style="list-style-type: none"> • Desarticulação entre a oferta de formação disponível e o mercado de emprego • Fraca participação dos pais no processo educativo dos seus educandos • Carência de técnicos especializados nas escolas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • As empresas formarem os novos colaboradores a título individual e darem oportunidade dos colaboradores de realizarem formação • Sessões de Formação sobre Parentalidade • Programas de Financiamento • Promoção de uma maior envolvência dos pais em atividades culturais, recreativas na escola • Sensibilização para a participação ativa na vida escolar (Palestras, ações on-line) • Programas Nacionais e Locais promotores de projetos de vida e saúde equilibrada • Articulação das Escolas com projetos/entidades que são promotoras de projetos de intervenção social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos de Financiamento • Escassez de Recursos Humanos • Escassez de Recursos Humanos qualificados • Mudanças constantes de currículo • Dificuldade de mudança de mentalidades • Incompatibilidade de horários • Desresponsabilização parental

Eixo IV . Emprego

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação Institucional • Recursos das autarquias locais • Parcerias • Sensibilidade de quem gere/coordena as Instituições/Empresas 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de inserção profissional e manutenção de emprego dos cidadãos com deficiência e/ou incapacidade • Dificuldades de Integração laboral de desempregados e beneficiários do RSI • Desemprego nas camadas mais jovens • Dificuldades para a criação do próprio emprego • Falta de conhecimento sobre o tecido empresarial do Concelho • Emprego Precário <ul style="list-style-type: none"> ➤ Baixo Rendimento ➤ Contratos de curta duração ➤ Trabalho temporário
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Maiores incentivos à contratação • Programas de Financiamento • Ações de Sensibilização/Divulgação • População Migrante • Programas de apoio do IEFP • Características das infraestruturas existentes • A atual baixa da taxa de desemprego, poderá ser encarada como uma oportunidade para melhorar as condições de trabalho atuais 	<ul style="list-style-type: none"> • Desmotivação da população em geral • Falta de ações de formação para capacitação dos técnicos • Falta de sensibilização para a temática (Integração de Pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade) • Exclusão social • Tráfico de Seres Humanos • Debilidade do sistema de acompanhamento e fiscalização das condições de trabalho • Aumento do custo de vida

Eixo V . Habitação

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação Institucional – Autarquias locais • Residir no Interior, criação de laços e relações interpessoais – Comunidades solidárias • Estratégia Local de Habitação em curso no Concelho • Proximidade residência-emprego • Oferta de habitação especialmente na periferia da coroa urbana • Habitação social bem integrada na coroa urbana, mitigando processos de exclusão social pela segregação dos bairros e empreendimentos de habitação social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Habitações de baixa eficiência energética, falta de capacidade económica das pessoas para assegurarem sistemas de climatização e ao acesso a programas de financiamento, conjugado com os níveis de instrução mais baixos • Conjugação do trinómio envelhecimento, despovoamento e degradação do edificado. • Dinâmica insuficiente do mercado de arrendamento. • Desadequação das tipologias e áreas dos fogos às necessidades e estilos de vida da população • A falta de habitação social disponível para responder ao aumento recente do número de pedidos de habitação social • Evidência de dificuldade em arrendar e comprar casa devido à prática de preços elevados, e à parca oferta de habitação para arrendamento, degradação do edificado e incapacidade financeira das pessoas. • Condições de acessibilidade rodoviária, que limita o arrendamento/aquisição nas freguesias mais rurais • Parque habitacional envelhecido
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Gabinetes Itinerantes de apoio à formalização de candidaturas • Colaboração entre diferentes entidades Universidade, Associações, empresas • Maior consciencialização política • Atenuação do problema demográfico por via do aumento da população imigrante (mas riscos de fragmentação social) • Valorização da reabilitação urbana com o apoio de instrumentos de política específicos e incentivos fiscais • Quantidade de fogos vazios existentes no território • Reforçar a coesão, igualdade e integração social • Promover o princípio da sustentabilidade ambiental • Reabilitar o parque habitacional, assegurando os princípios da acessibilidade e da sustentabilidade • Melhoria da qualidade de vida e condições habitacionais da população vulnerável • Dar continuidade à estratégia de qualificação do espaço urbano, dotando-o de condições de conforto e garantindo a sua dinâmica e diversidade funcional 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracias inerentes aos Programas de Financiamento • Alterações climáticas • Congestionamento urbano e poluição ambiental • Elevada representatividade de imigrantes no concelho que ocupam postos de trabalho mais precários, com reflexo nas suas condições habitacionais • Aumento dos preços coloca em risco a capacidade de aceder à habitação a custos comportáveis de várias famílias residentes no concelho • Dificuldade dos proprietários em reabilitar imóveis (fatores sentimentais, herdeiros, custo dos serviços, legalização das habitações) • Incapacidade financeira das famílias no processo de aquisição de habitação própria, tendo em conta as medidas de financiamento bancário em vigor • Instabilidade legislativa das políticas de habitação, particularmente no arrendamento

Eixo VI . Acessibilidades, Inclusão, Ambiente e Sustentabilidade

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Boa articulação Institucional • Realização de Ações de Sensibilização • Características da região (agricultura) • Produtos autóctones de qualidade • Implementação do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima 	<ul style="list-style-type: none"> • Desadequação da rede de transportes públicos às necessidades da população, no acesso a serviços essenciais • Frota de autocarros desatualizada • Insuficiente sensibilização das pessoas para a importância da reciclagem dos lixos domésticos • Insuficiente sensibilização das pessoas para o consumo mais sustentável • Persistência de abandono de animais domésticos com consequências para a saúde pública
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização crescente da alimentação saudável • Mercado local forte com os produtores locais • Projetos de intervenção social promovidos por ONGs locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos financeiros para acolhimento dos animais no Canil Municipal. • Falta de incentivos/apoios à produção de produtos locais • Falta de mão-de-obra • Envelhecimento da população ativa

Considerações finais

O Diagnóstico Social que está na base da construção do planeamento estratégico, implica a existência de uma visão global do contexto que pretendemos caracterizar e um conhecimento aprofundado dos diversos problemas que são sentidos transversalmente pelos diversos atores que atuam nesse contexto.

A elaboração deste Diagnóstico Social mobilizou vários atores sociais locais, entidades parceiras e outras, no sentido do seu contributo possibilitar a produção de um conhecimento mais aprofundado e próximo da realidade do nosso Concelho. Congregador das diferentes visões locais, desenvolve um trabalho de valorização dos recursos e potencialidades do concelho, numa dinâmica de entendimento e reconhecimento de competências locais, assente numa perspetiva de intervenção social de desenvolvimento territorial.

Para a elaboração do Diagnóstico recorreu-se a diversas fontes de informação:

- Informação estatística;
- Informação quantitativa e qualitativa;
- Informação referente a questões mais abrangentes do concelho;
- Informações específicas de determinados grupos e unidades geográficas;
- Apreciações e discussões realizadas nos grupos de trabalho, por quem mais de perto conhece a realidade social.

Como já foi referido, é de realçar que o Diagnóstico Social não é um documento estático. Sendo o produto do trabalho efetuado no território no seu todo e abrangendo cada uma das suas freguesias, através da auscultação dos atores sociais e da visão das realidades locais específicas, deixa em aberto a possibilidade de inclusão de novas problemáticas e perspetivas de intervenção.

Seguindo a mesma linha de planeamento, surge-nos a fase seguinte que é a construção do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Covilhã, como componente do mesmo processo. Estes documentos vão retroalimentar-se através da implementação

das ações e dos projetos de intervenção no terreno, traçando uma orientação estratégica para a intervenção.

Confirma-se assim que, apenas com a correta identificação dos problemas e profundo conhecimento da realidade do concelho, é possível de forma participada e conjunta, definir e negociar objetivos, priorizar intervenções com todos os parceiros, agentes locais e técnicos, para o combate à pobreza e exclusão, tendo em vista a promoção do Desenvolvimento Social do Concelho.

APROVADO EM REUNIÃO PLENÁRIA DO CLAS/C, REALIZADA A ___/___/_____



SEGURANÇA SOCIAL



REDE SOCIAL COVILHÃ

Rua Combatentes da Grande Guerra, nº62
6200-076 Covilhã

T 275330600 | rede.social@cm-covilha.pt